

SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUÇÃO
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – CAMPOS DOS GOYTACAZES
MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

MARIANGELA PORTO DE ABREU

**ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA DO MUNICÍPIO DE
CAMPOS DOS GOYTACAZES**

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUÇÃO
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – CAMPOS DOS GOYTACAZES
MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

Mariangela Porto de Abreu

**ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA DO MUNICÍPIO DE
CAMPOS DOS GOYTACAZES**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes – Campos/RJ, para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Regional e gestão de Cidades.

Orientador: Prof. Gustavo Henrique Naves Givisiez, D.Sc.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2007

MARIANGELA PORTO DE ABREU

ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA DO MUNICÍPIO DE
CAMPOS DOS GOYTACAZES

Dissertação apresentada ao programa de
Mestrado em Planejamento Regional e Gestão
de Cidades, da Universidade Candido Mendes
– Campos/RJ, para obtenção do grau de
Mestre em Planejamento Regional e Gestão de
Cidades.

Aprovada em 26 de março de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Gustavo Henrique Naves Givisiez, D.Sc.
Universidade Candido Mendes

Prof^a Elzira Lúcia de Oliveira
Universidade Candido Mendes

Prof^a Roberta de Souza Ramalho, D.Sc.
Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2007

Aos meus pais que trocaram a área rural pela urbana, em busca de instrução, com qualidade reconhecida, para os seus filhos.

Aos meus filhos e ao meu esposo, pela alegria que expressaram quando decidi cursar este Mestrado, e principalmente, por não me deixarem desistir, mesmo sendo eles os mais importunados pelas minhas variações de humor.

Aos meus familiares que, embora felizes com a minha pesquisa, já não suportavam mais o assunto.

AGRADEÇO:

- A Deus por estar comigo em todos os momentos e pela luz que emana, encorajando-me a prosseguir.
- Ao Helio Gomes Filho, pela lembrança da inscrição, no último suspiro e ainda por ter me encaminhado para os locais e pessoas certas.
- Ao CEFET Campos que não mediu esforços para facilitar meus estudos, tanto financeiramente quanto com mais tempo livre para me dedicar ao projeto.
- Ao meu orientador, professor Gustavo Naves, principal responsável por eu ter conseguido finalmente concluir este estudo.
- A todos os professores do curso, em especial ao Júlio Rodrigues por afagar minha auto-estima, a Elzira Lúcia por dar os “empurrões” necessários para cada passo desta caminhada e a Denise Terra pelo carinho e disponibilidade para nos ouvir.
- À Secretaria de Saúde do município, especialmente à Dr^a. Elizabeth Tudesco Costa Tinoco, à Dr^a. Fabiana Catallane Rosa e à Dr^a. Lillian Pessanha, pelo material fornecido e atenção especial recebida.
- À Maria Luiza de Castro Peixoto por ser a amiga de sempre, oferecendo-me o seu próprio material de pesquisa para me orientar.
- Ao Nelson Faber pela prestimosa ajuda e atenção a mim dedicada, pelas dicas dos caminhos a percorrer e, oferecendo-me o seu excelente material de pesquisa para eu estudar.
- Ao Luiz Augusto Caldas Pereira pela humanidade com que nos conduz a planos mais elevados.
- Ao Roberto Moraes Pessanha pelo projeto perfeito no qual me inseriu, mesmo eu não tendo conseguido desenvolvê-lo no Mestrado.
- Ao Nelson Crespo Pimentel pelos inúmeros momentos de ensinamentos carinhosamente repassados.
- À Gláucia Mendes que, com sua disposição para resolver problemas, sempre se colocou pronta a ajudar de todas as formas possíveis.
- À Nádia Prates sempre pronta sugerindo caminhos para eu não me enrolar.
- À Cibele Monteiro pela docilidade com que sempre se dirigiu a mim para saber do curso, ajudando, traduzindo o resumo.
- A todos os amigos que estiveram presentes, neste período, com compreensão e carinho, especialmente nos momentos de desabafos.
- Aos colegas da turma quatro do Mestrado de Planejamento Regional e Gestão de Cidades, pela força, compreensão e tudo mais que nos deixa cheios de saudades.

“[...] de tudo sempre ficam três coisas:
a certeza de que estamos sempre começando,
a certeza de que é preciso continuar e
a certeza de que podemos ser interrompidos
antes de terminarmos [...]”.

Fernando Sabino

RESUMO

Qualidade de vida é um conceito abstrato associado à satisfação na vida familiar, amorosa, social ou ambiental que pressupõe uma síntese de vários elementos que uma sociedade entende como conforto e bem-estar. Esta dissertação estima o Índice Sintético de Qualidade de Vida de Campos dos Goytacazes, por meio de dados do Censo Demográfico de 2000, organizados segundo as áreas de ponderação do município. A metodologia aplicada aglutina variáveis sociais e econômicas de validade reconhecida, confiabilidade técnica e que buscam refletir a realidade da população investigada, dentro do seu espaço. Evitou-se o emprego de indicadores muito complexos, na intenção de permitir o uso do processo metodológico em outros estudos semelhantes. O IQV-Campos traz uma reflexão sobre como está a relação cidadão e seus direitos constitucionais, que estão sob a tutela do poder público local. O IQV pesquisado encontrou desigualdades claras, em cada área geográfica investigada, sugerindo o aprofundamento nas pesquisas relacionadas, para compreender as razões da persistência das desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Indicadores intra-municipal, Indicadores sociais, Indicadores de qualidade de vida, Qualidade de vida.

ABSTRACT

Life quality is an abstract concept linked to satisfaction in familiar, affective, social or environmental life and it is related to several elements considering what a society understands as comfort and well-being. This dissertation studies the Synthetic Index of Life Quality in Campos dos Goytacazes, by means of data of the Demographic Census of 2000, organized in accordance with the ponderation areas of city. The methodology applied joins social and economical variants of recognized, validity, technical confiability and that try to consider the reality of the investigated population, inside its space. In the work we avoided the use of very complex indicators, intending to facilitate the use of the methodological process reflection about how is the relation citizen and its constitutional rights, that are on the responsibility of the local public government. The researched LQI found clear inequalities, in each geographic area that was investigated suggesting the deepening of related researches, to understand the reasons of the persistence of social inequalities.

KEY WORDS: Intra-municipal Indicators, Social Indicators, Life Quality Indicators, Life Quality.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1:	Localização do município de Campos dos Goytacazes com destaque para o contorno da área urbana.....	22
FIGURA 2:	Contorno geográfico do município com a indicação de cada área de ponderação determinada pela FIBGE e destaque para o limite urbano municipal.....	24
FIGURA 3:	Áreas de ponderação do setor urbano do município de campos dos Goytacazes e destaque para parte do limite urbano.....	25
FIGURA 4:	Quadro contendo a localização dos bairros; distritos e localidades municipais segundo suas áreas de ponderação. Campos dos Goytacazes, RJ, 2000.....	26
FIGURA 5:	Contorno do município estudado e o contorno das 22 áreas de ponderação.....	28
FIGURA 6:	Índice de Qualidade de Vida para a Dimensão Infra-estrutura. Contorno do limite do Município. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	40
FIGURA 7:	Índice de Qualidade de Vida para a Dimensão Educação. Contorno do limite do Município. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	44
FIGURA 8:	Quadro contendo unidades hospitalares, segundo suas localizações por área de ponderação.....	46
FIGURA 9:	Índice de Qualidade de Vida para a Dimensão Saúde. Contorno do limite do Município. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	48
FIGURA 10:	Índice de Qualidade de Vida para a Dimensão Habitação. Contorno do limite do Município. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	50
FIGURA 11:	Índice sintético de Qualidade de Vida para o município de Campos dos Goytacazes por Área de Ponderação; Contorno do limite do Município. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	53
FIGURA 12:	Área de ponderação Rural n° 01 e seus Distritos. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	62
FIGURA 13:	Área de ponderação Rural n° 02 e seus Distritos. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	63
FIGURA 14:	Área de ponderação Rural n° 03 e seu Distrito, São Sebastião de Campos. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	63
FIGURA 15:	Área de ponderação Rural n° 04 e seus Distritos. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	64

FIGURA 16:	Área de ponderação Rural n° 05 e seu Distrito, Travessão. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	64
FIGURA 17:	Área de ponderação n° 06 Bairros e Subdistritos. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	65
FIGURA 18:	Área de ponderação n° 07 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	65
FIGURA 19:	Área de ponderação n° 08 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	66
FIGURA 20:	Área de ponderação n° 09 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	66
FIGURA 21:	Área de ponderação n° 10 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	67
FIGURA 22:	Área de ponderação n° 11 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	67
FIGURA 23:	Área de ponderação n° 12 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	68
FIGURA 24:	Área de ponderação n° 13 Bairros e Subdistritos. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	68
FIGURA 25:	Área de ponderação n° 14 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	69
FIGURA 26:	Área de ponderação n° 15 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	69
FIGURA 27:	Área de ponderação n° 16 Bairros e área Rural. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	70
FIGURA 28:	Área de ponderação n° 17 Bairros e área Rural. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	70
FIGURA 29:	Área de ponderação n° 18 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	71
FIGURA 30:	Área de ponderação n° 19 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	71
FIGURA 31:	Área de ponderação n° 20 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	72
FIGURA 32:	Área de ponderação n° 21 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	72
FIGURA 33:	Área de ponderação n° 22 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.....	73

LISTA DE TABELAS

TABELA 1:	Área total, População residente, total de domicílios permanentes, densidade domiciliar e densidade populacional - segundo a área de ponderação. Campos dos Goytacazes, RJ 2000.....	27
TABELA 2:	Dimensões e variáveis selecionadas na composição do índice de qualidade de vida de Campos.....	30
TABELA 3:	Proporções em porcentagens de domicílios Particulares Permanentes atendidos pelos serviços básicos selecionados para a dimensão Infra-estrutura. Obs.: densidade populacional está expressa em habitantes por Km ²	38
TABELA 4:	Resultado final dos índices de oferta para cada variável da dimensão Infra-estrutura e o índice composto da dimensão infra-estrutura para todas as APs.....	39
TABELA 5:	Total da população alfabetizada e proporção em porcentagem segundo a área de ponderação.....	41
TABELA 6:	Taxa líquida de escolarização no Ensino Fundamental e Médio; Taxa de distorção idade-série normativa no Ensino Fundamental e médio; proporção total de alfabetizados e a Média de anos de Estudo segundo cada Área de Ponderação	42
TABELA 7:	Resultado final dos índices de escolarização para o ensino fundamental e médio, dos índices de distorção idade-série para o ensino fundamental e médio, índice de alfabetizados, índice da média dos anos de estudo e o índice final para a dimensão Educação.....	43
TABELA 8:	Taxa de fecundidade das mulheres entre 15 e 19 anos por mil mulheres e Taxa de fecundidade total, por área de Ponderação. Campos dos Goytacazes, RJ, 2000	45
TABELA 9:	Índices dos níveis de saúde; índice de atendimento médico e o índice sintético encontrado para a dimensão saúde.....	47
TABELA 10:	Porcentagem da densidade domiciliar por dormitório; porcentagem das habitações subnormais e os índices respectivos, segundo as áreas de ponderação..	49
TABELA 11:	Cálculo final do índice para a dimensão habitação.....	50
TABELA 12:	Índices de infra-estrutura; índices de educação; índices de saúde; índices de habitação e o Índice de Qualidade de Vida (IQV) de Campos dos Goytacazes, RJ, 2000.....	51

LISTA DE SIGLAS

AP	Área de ponderação
AP's	Áreas de ponderação
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GUIA SUS	Software do Sistema Único de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IQV	Índice de Qualidade de Vida
IQVU	Índice de Qualidade de Vida Urbana
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SES RJ	Secretaria Estadual de Saúde do estado do Rio de Janeiro
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 O ESPAÇO.....	15
2.2 QUALIDADE DE VIDA.....	16
3 METODOLOGIA	21
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA.....	22
3.3 DEFINIÇÃO DAS DIMENSÕES E VARIÁVEIS.....	29
3.3.1 Infra-Estrutura	31
3.3.2 Educação	33
3.3.3 Saúde	35
3.3.4 Habitação	37
4 RESULTADOS	38
4.1 INFRA-ESTRUTURA.....	38
4.2 EDUCAÇÃO.....	40
4.3 SAÚDE.....	44
4.4 HABITAÇÃO.....	48
4.5 ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA URBANA-CAMPOS.....	51
5 CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
APÊNDICES	59
ANEXO	74

1 INTRODUÇÃO

Qualidade de vida é um conceito humano associado intuitivamente à satisfação na vida familiar, amorosa, social ou ambiental. Não é rara a associação entre qualidade de vida e valores não materiais como amor, liberdade, solidariedade e inserção social, realização pessoal e felicidade. Dessa forma, este conceito abstrato pressupõe uma síntese de vários elementos que uma sociedade entende como conforto e bem-estar e o termo pode ter vários significados que refletem particularidades sociais, culturais e individuais (MINAYO, HARTZ e BUSS, 2000).

Entendendo qualidade de vida como uma terminologia abstrata e com diversas definições, é notório que regiões do globo, consensualmente identificadas como desenvolvidas, apresentam indicadores de qualidade de vida bem distintos daqueles observados em regiões mais carentes. Alimentação, água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer são conceitos universalmente compreendidos como necessidades elementares da vida humana e intimamente associados à qualidade de vida.

No Brasil, presenciamos a persistência das desigualdades sociais, culturais, econômicas e ambientais que mobilizam instituições formais, sociedade organizada, centros de pesquisa, poder público, organizações não governamentais e universidades. Vários estudos científicos dedicam-se à análise, mensuração e diagnósticos cada vez mais precisos das condições de vida das comunidades ou localidades.

Esta dissertação pretende determinar o Índice Sintético¹ de Qualidade de Vida de Campos dos Goytacazes oferecendo mais uma possibilidade de subsidiar as políticas públicas municipais, quanto à atribuição de garantir melhorias na qualidade de vida de seus habitantes.

¹ Índice sintético: também conhecido como índice composto “ou ainda índices sociais, são elaborados mediante a aglutinação de dois ou mais indicadores simples, referidos a uma mesma ou diferentes dimensões da realidade social” (JANNUZZI, 2001, p.22).

Junto com esse diagnóstico buscou-se também determinar as diferenças intra-urbanas das várias localidades do Município. Para o enriquecimento das análises optou-se ainda por estimar o Índice para as áreas rurais do município para se fazer um paralelo da qualidade de vida na área urbana comparando-a com a área rural.

O propósito básico deste trabalho é referenciar o território, por meio dos dados demográficos da FIBGE, considerando que a descrição e a compreensão dos espaços sociais e geográficos são fundamentais para a expressão da cidadania e reconquista dos direitos sociais.

A construção do Índice de Qualidade de vida do Município de Campos dos Goytacazes - IQV- Campos - pretende também contribuir para a compreensão das diferenças sociais de cada espaço geográfico estudado que deve ser visto como subsídio para possíveis investigações futuras. Dessa forma, a metodologia empregada para a construção do IQV – Campos utilizou-se dos resultados da amostra do Censo Demográfico de 2000 e de dados de outros institutos. Para os cálculos foram utilizadas formulações semelhantes às dos Índices de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas – ONU, nas quais o índice varia em uma escala de zero a um.

O estudo é composto por cinco capítulos, iniciado por esta introdução. O segundo capítulo apresenta a revisão bibliográfica sobre a qualidade de vida, os indicadores sociais, sua validade e sua relevância para analisar as características sociais de uma comunidade. O terceiro capítulo traz a metodologia utilizada, as fontes de dados e as formulações às quais foram submetidas as variáveis selecionadas para cada dimensão estudada. O quarto capítulo apresenta e analisa os resultados obtidos e, no quinto capítulo, estão apresentadas as principais considerações sobre a pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O ESPAÇO

O espaço utilizado nesta pesquisa é aquele apresentado por Marcelo Lopes de Souza (2003, p.52) para o espaço urbano que é definido como o resultado “dos processos sócio-espaciais que refletem a interação entre várias escalas geográficas” e que deve ser examinado como um “fenômeno gerado pela interação complexa, jamais plenamente previsível ou manipulável”, muito embora, a ação premeditada seja do Estado ou de grupos específicos sempre estejam presentes.

Corrêa (2004, p. 01) também traz sua contribuição para o conceito de espaço como:

O espaço urbano pode ser, para fins analíticos, desagregado, entre outros, em espaço físico, econômico e social. O espaço físico diz respeito, em um primeiro momento, às características naturais da área por onde a cidade se espraia. Trata-se do sítio da cidade, produto de processos geomorfológicos, e das características climato-botânicas da área, ambos profundamente alterados pela ação humana. O espaço físico, em realidade, é, em diversos graus, um produto social, já que a ação humana o reconstruiu por meio de desmontes, aterros e drenagens, entre outras. O espaço econômico vincula-se às atividades industriais, comerciais e de serviços e é o resultado de um cada vez mais complexo processo de localização e realocação dessas atividades. As fábricas, as lojas e os escritórios, assim como os fluxos de mercadorias, pessoas, capital e informação, vinculados a essas atividades, definem a divisão econômica do espaço. O espaço social, por sua vez, refere-se à diferenciação espacial dos grupos sociais que vivem na cidade, distintos entre si de acordo com atributos como renda, sexo, idade, etnia e religião, entre outros. A divisão social do espaço resulta do processo de segregação residencial e de sua cada vez mais complexa dinâmica, envolvendo a produção de novos espaços residenciais e a mobilidade intra-urbana.

Koga complementa com o argumento de que o espaço, denominado território pela autora, não é composto somente de aspectos objetivos das vivências das populações, mas contém, igualmente, a subjetividade, que se concretiza nas “manifestações de sofrimentos, desejos, expectativas etc.” (KOGA, 2003 p.39). Para Koga (2003 p.30), “olhar para além das

condições de vida da população significa considerar também suas potencialidades. Por entre imagens e mapas, medidas de lugares e entre lugares se encontra o desafio de melhor conhecer as cidades para melhor intervir no chão onde tudo acontece, [...]”.

Então, discutir desigualdades regionais, sociais e territoriais junto das políticas públicas sociais, torna-se um importante argumento para visualizar a lógica de atendimento às demandas previamente localizadas. Esta compreensão é fundamental para inverter as ações nas relações territoriais, e destacar as prioridades mais urgentes de cada local. (KOGA & NAKANO, 2006, p.11). Dessa forma, apresenta-se a real preocupação com o território estudado, inserindo-o no conceito de espaço, já definido. Assim, entende-se que qualquer ação ou intervenção em um espaço geográfico interfere nas vidas daqueles que o constituem.

2.2 QUALIDADE DE VIDA

A análise do conceito de qualidade de vida envolve sempre variáveis distintas e complementares. Analisar a qualidade de vida em um espaço pode ser bastante diferente de fazê-lo em outro. Esta análise deve basear-se em investigações sobre as prioridades de cada local, pois é natural que as comunidades tenham demandas distintas pois, por exemplo, é até desejável que uma comunidade específica prefira segurança à alimentação enquanto outra priorize água potável em detrimento da segurança. Dessa forma, constata-se que as realidades são distintas em cada lugar e que as políticas públicas devem valorizar e considerar as diferenças investigadas, para o encaminhamento de ações que vão ao encontro das reais necessidades imediatas, com intervenções imediatas, de médio ou de longo prazo, conforme as avaliações de cada situação detectada em cada local investigado.

Neste contexto, a Organização das Nações Unidas – ONU - e agências associadas (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a Organização Mundial da Saúde – OMS) já definem conceitos inerentes à qualidade de vida em vários países e culturas. Cada agência, por meio de debates e conferências em suas especialidades, tem discutido sobre o tema em diversos países, independente do seu nível de desenvolvimento (KEINERT, 2002). “Historicamente, a análise da qualidade de vida tem se sistematizado em torno da visão total do espaço considerado”. (ROCHA *et al*, 2000). Adicionalmente, é oportuno citar que a legislação brasileira, em diversas instâncias de poder, incluiu abordagens distintas da qualidade de vida (Ver apêndice A).

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, desenvolvido pelo PNUD pode ser visto como um dos mais populares indicadores de qualidade de vida.

Segundo o Ipea (1998) o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, já estabelece série temporal para diferentes países, estados, províncias e cidades. O Instituto conceitua Desenvolvimento Humano como podendo ser um processo contínuo de ampliação das escolhas individuais quanto ao bem-estar adquirido. “Isto é, o desenvolvimento das pessoas, para as pessoas pelas pessoas”. O que pressupõe melhoria nas condições de educação, treinamento, saúde, habitação, meio ambiente e alimentação, implicando em crescimento econômico traduzindo em melhores condições de vida, utilização particularizada das políticas públicas. Pressupõe ainda que as pessoas beneficiárias sejam partes ativas das decisões que influenciam suas vidas. (*apud* ROCHA *et al.*, 2000, p. 6).

Dessa forma entende-se que, investir na melhoria de qualidade de vida em um espaço ou território requer muito trabalho, seriedade e a certeza de que se trata de uma tarefa de alta complexidade e contínua, exigindo, portanto, muita atenção e cuidado por parte de pesquisadores e quaisquer outros que se envolvam direta ou indiretamente com esta questão. Requer, pois, responsabilidade sobre as análises, investigações e caracterizações de planos que tenham como objetivo oferecer melhorias nas condições de vida para a população de uma determinada comunidade, devido aos problemas sócio-espaciais que, embora derivados de atividades isoladas, são encadeados por todas as pessoas envolvidas no processo.

Para Rocha *et al.*, (2000 p.5), a forma de se atingir uma qualidade de vida desejada é inventando novos modelos de desenvolvimento. O que implica o “entendimento das questões locais, produção do próprio saber, abordagem multidisciplinar integrada, informação intersetorial e soluções adaptadas ao contexto local”.

Souza (2003, p. 67) afirma que a mensuração de dimensões que indiquem as condições de vida de uma população, pode ser construída a partir de vários modos. Mas seja qual for o método deverá se dar sob “parâmetros subordinados particulares associados à qualidade de vida”, e conclui serem aqueles relativos “à satisfação individual no que se refere à educação, à saúde e à moradia”. O autor acrescenta ainda que a construção de indicadores deva acontecer com uma maior proximidade possível da realidade local² com todo o contexto valorativo dos grupos sociais envolvidos.

A preocupação de Souza (2003) é a busca da satisfação individual das pessoas, indicando referenciais básicos. Esta preocupação também está citada em muitos documentos oficiais, seja em nível mundial (PNUD), em nível nacional por meio da Constituição Federal

² Local neste trabalho será o espaço geográfico de cada Área de Ponderação – AP analisada.

de 1988, ou em nível local com suas leis municipais, comprometendo-se em ofertar vida decente aos que ocupam seu espaço ou território.

Diante do exposto até aqui sobre qualidade de vida, notam-se as preocupações dos estudiosos e das instituições responsáveis pela construção de índices, o que se deve a sua complexidade e subjetividade. Muitos cuidados são exigidos e necessários para que os resultados alcançados sejam os mais próximos possíveis da realidade encontrada em cada local investigado. Assim, a discussão a seguir pretende abordar pontos que devem ser observados na elaboração destes indicadores.

Para Sposati (1998, p. 7), “a noção de qualidade de vida envolve duas grandes questões: a qualidade e a democratização dos acessos à condição de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente”. A autora entende qualidade de vida como uma possibilidade de melhor redistribuição e usufruto da riqueza social e tecnológica para a população de uma comunidade. Neste contexto, Koga (2003) apresenta os indicadores intra-urbanos como uma maneira de compreender a dinâmica das cidades, onde a desagregação do espaço possibilita medidas que partem das diferenças e desigualdades de dentro da cidade, para entender a sua totalidade. A autora aborda a questão da desagregação como “um elemento fundamental” para possibilitar o trabalho com indicadores que ela mesma define como medidas geossociais.

Murta (2005), em suas reflexões sobre qualidade de vida, analisa vários conceitos de diversos autores sobre o tema e faz sua própria reflexão sobre a “qualidade das políticas públicas” e a qualidade de vida da população. A autora acredita que, mesmo diante de todas as dificuldades para “medir” e definir tais qualidades, seja “possível a definição de parâmetros, indicadores e escalas que favoreçam a investigação de processos nos quais os cidadãos tenham a possibilidade de acesso a melhores condições de vida”. (MURTA, 2005 p.13).

Jannuzzi e Guimarães (2005) sintetizam a maioria das aplicações de indicadores sintéticos utilizados no Brasil produzidos na última década do século XX, com o propósito de ajudar às políticas públicas e dessa forma também à melhoria da qualidade de vida da sociedade de um local pesquisado. Os autores apontam várias lacunas na utilização de indicadores freqüentemente referenciados na literatura, por não classificarem a real necessidade e os reais necessitados de cada comunidade ou localidade distintamente. Exemplificam o IDH como um desses estudos que deixam lacunas já que o mesmo trabalha com escalas e dados universalizados. Estas lacunas muitas vezes referem-se ao processo de quantificar conceitos, que, na realidade, tem uma conotação qualitativa e subjetiva.

Para Jannuzzi (2001), a utilização de indicadores confiáveis e consensualmente entendidos como representantes de determinada especificidade social é a tarefa mais complexa do desenho de um índice sintético, como é o caso da maioria dos indicadores de qualidade de vida.

A atribuição de pesos às dimensões de acordo com prioridades definidas na teoria, em geral, é uma tarefa difícil e geradora de debates intensos e muitas controvérsias, algumas já mencionadas neste estudo. As dificuldades surgem justamente, como já citadas, porque se pretende sintetizar em dados numéricos (valores quantitativos), os valores qualitativos e abstratos encontrados. Os cuidados com estas questões devem ter início no levantamento dos dados.

É fato que dados numéricos são incapazes de responder por toda a variedade de situações reais observadas no espaço de uma cidade. Ainda assim, acredita-se que o uso de indicadores numéricos de variáveis sociais abstratas seja capaz de responder de maneira aproximada às realidades diversas dos espaços estudados. É consenso nas referências apresentadas que, mesmo com várias lacunas, os indicadores têm sido refinados em seus conceitos, sem a perda do valor de mídia, tão necessário para a assimilação rápida e segura pela população envolvida (GUIMARÃES e JANNUZZI, 2004 p. 16). A atenção do pesquisador na escolha de dados e indicadores é fundamental para a obtenção de resultados que levem à percepção da real condição da vida humana nos locais pesquisados.

Historicamente, foi a partir de 1995 que se realizou a primeira construção de indicadores intra-urbanos aplicados a uma cidade, no Brasil (KOGA, 2003), com a construção do Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo. Sua metodologia foi elaborada pela equipe de pesquisadores da PUC-SP, coordenados pela pesquisadora Aldaíza Sposati. O referido estudo foi desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Seguridade e Assistência Social – PUC/SP e mantém reconhecido sucesso em todas as experiências até hoje examinadas. Sucesso decorrente, principalmente, da sua facilidade de comunicação, da possibilidade de atualização e pela rapidez na identificação, pelo poder público, da real necessidade local para as intervenções das políticas públicas.

O presente estudo baseou-se no índice de qualidade de vida urbana construído para o município de Belo Horizonte – MG, inicialmente elaborado em 1996. Segundo Nahas (2000 p.4):

O IQVU-BH foi elaborado para instrumentalizar uma distribuição mais equânime dos recursos públicos municipais. É um índice que busca expressar o acesso da população a serviços e recursos urbanos, sendo calculado a partir de indicadores georreferenciados em 81 (oitenta e uma) unidades espaciais da cidade, denominadas Unidades de Planejamento (UP).

Assim como o IQVU – BH utilizou-se das “UPs”, o IQV-Campos utilizou-se das “APs”- Áreas de Ponderação – unidade espacial que reúne vários setores censitários, ambos determinados pela FIBGE.

Oportuno citar para o estudo que “o mapeamento da pobreza no município de Campos dos Goytacazes”³ foi realizado utilizando-se, como unidades espaciais da cidade, os 368 setores censitários⁴ do município. O estudo que deu origem ao índice sintético de pobreza (SERRA, 2004), considerou como dimensões relevantes às condições de vida da população, a renda, a educação e a condição de moradia.

Ainda sobre as condições de vida da população em escala regional, Mota e Totti (2006) desenvolveram pesquisas em que concluem que “o conceito de qualidade de vida tem grande subjetividade, mas pode ser medido por alguns indicadores relativos ao total da população e às possibilidades econômicas dos municípios.” (MOTA A. e TOTTI M^a. E., 2006, p. 127).

³ Pesquisa solicitada pela Secretaria de Promoção Social do Município de Campos dos Goytacazes / FUNDENOR.

⁴ Setor Censitário: menor unidade territorial do município criada pelo IBGE para fins de controle cadastral de coleta, adequado à coleta de dados pelos recenseadores (SERRA, jan. de 2004 p. 02).

3 METODOLOGIA

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A definição de um indicador sintético de qualidade de vida pressupõe três etapas igualmente relevantes para a realização de um trabalho bem sucedido. Estas etapas envolvem a escolha de quais dimensões sociais irão compor o índice, a escolha da variável ou do conjunto de variáveis que representará cada uma das dimensões sociais e a definição dos procedimentos metodológicos que determinarão a forma mais adequada de aglutinação do conjunto de indicadores estatísticos. Para este estudo buscou-se a validade, a confiabilidade e a inteligibilidade dos indicadores como garantia para resultados válidos. Evitou-se o emprego de indicadores muito complexos, na intenção de permitir o uso do processo metodológico em outros trabalhos semelhantes.

Para a definição das dimensões sociais contidas no indicador sintético de qualidade de vida, foram adotados os seguintes critérios:

- Disponibilidade do indicador na unidade mínima adotada no estudo, ou seja, cada Área de Ponderação do município;
- Estabelecimento de um tratamento para uma informação periodicamente atualizável, a partir de fontes de dados permanentes.

A metodologia aqui aplicada estima um índice sintético que é um instrumento complexo por aglutinar uma grande variedade de indicadores. Buscou-se escolher variáveis de validade reconhecida e, conforme a fundamentação teórica, consideradas mais adequadas e relevantes às dimensões analisadas e também, que refletissem a realidade da população investigada, dentro de seu espaço territorial.

Outro aspecto deste estudo “é o fato de produzir medidas do território e não somente uma caracterização da população” (KOGA, 2003). As medidas são focadas na população que vive em um determinado espaço.

A mensuração do Índice de Qualidade de Vida de Campos dos Goytacazes - IQV-Campos empregou, como principal fonte de dados, o censo demográfico para quatro dimensões selecionadas: Infra-estrutura, Educação, Saúde e Habitação, baseado nos resultados da amostra do Censo Demográfico de 2000 (FIBGE, 2003).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Esta seção propõe-se a caracterizar o município de Campos dos Goytacazes, selecionado como a área de estudo deste trabalho. A figura 1, a seguir, representa geograficamente o contorno do espaço geográfico do Brasil, do Estado do Rio de Janeiro e, destaque, para o contorno do Município de Campos dos Goytacazes, tendo no seu interior a representação da área urbana do município.



FIGURA 1. Localização do município de Campos dos Goytacazes com destaque para o contorno da área urbana.

Fonte: FIBGE (2001) e ONU (2005).

O adensamento populacional urbano, de forma desordenada, tem agravado os problemas ambientais, sanitários e sociais nas cidades brasileiras e aumentado as desigualdades das condições de vida da população. O município de Campos dos Goytacazes não tem vivido uma realidade diferente da do resto do país, mesmo considerando que as suas reflexões sobre a organização espacial se tenham iniciado no final do século XIX. No século XXI observa-se que poucas intervenções que proporcionassem alterações significativas da qualidade de vida de seus munícipes foram, de fato, realizadas. Vários planos de embelezamento e alguns de infra-estrutura⁵ foram operacionalizados pelo poder público, e, segundo os seus autores, todos preocupados com a melhoria da qualidade de vida da população.

O crescimento das desigualdades sociais pode ser comprovado por dados estatísticos levantados por diversos órgãos e instituições governamentais e não-governamentais. O censo demográfico de 2000 (FIBGE, 2003) registra trinta e duas favelas no município de Campos dos Goytacazes, todas oferecendo condições de vida precárias aos seus habitantes (PESSANHA, 2004, p. 308).

Mesmo com os vários instrumentos de gestão urbana, existentes e fortalecidos com as autonomias municipais, a partir da CF de 1988 (BRASIL, 1988) e consolidados pelo Estatuto da Cidade – Lei 10.257/01, ainda persistem as dificuldades para implementações de políticas públicas adequadas aos vários tipos de problemas encontrados no município.

Ainda hoje, a cidade de Campos dos Goytacazes apresenta-se tão diferente e ao mesmo tempo tão igual àquela do passado. Diferente em seu real potencial financeiro proporcionado pelos recursos dos royalties do petróleo, que podem ser investidos na melhoria da qualidade de vida da cidade. E igual em seu real retrato da desigualdade que faz com que as universidades locais e regionais, por meio de seus pesquisadores, continuem a estudar as comunidades de baixa renda ou favelas⁶, instaladas desde os anos de 1930/40, apresentando reflexões que possam vir a contribuir para mudanças positivas no cenário de insistentes desigualdades.

⁵ Para aprofundar estudos sobre estas questões históricas consultar Faria (2000)

⁶ Para Faria (2005), “o processo de exclusão dos pobres das áreas centrais da cidade iniciou-se, no final do século XIX”, sendo que os primeiros bairros periféricos teriam começado a surgir após 1930. Adicionalmente, após 1960, a autora destaca que com a aceleração da urbanização e industrialização, é que são registradas as primeiras favelas. Segundo Pessanha (2005), “a conceituação usada pelo IBGE, que para a existência de uma favela exige a presença simultânea de três fatores: a) edificação em terreno invadido sem existência de termo de posse; b) construção rústica e simples; c) um mínimo de 50 construções”

A base geográfica utilizada para aplicar os cálculos do Índice de Qualidade de Vida de Campos dos Goytacazes – IQV- Campos foi a divisão do município em Áreas de Ponderação⁷, baseada em dados cartográficos da FIBGE (FIBGE, 2001). Cada uma das 22 Áreas de Ponderação agrupa setores censitários do município de Campos dos Goytacazes (figura 2).

A Figura 2 apresenta o contorno geográfico do município com suas respectivas AP's. Ressalta-se que as Áreas de Ponderação codificadas de 1 a 5 estão localizadas fora do perímetro urbano da sede municipal e, espera-se, terão indicadores diferenciados em relação às áreas intra-urbanas. Ressalta-se ainda que as áreas de ponderação codificadas como 6, 7, 16 e 17 apresentam áreas simultaneamente contidas tanto no perímetro urbano do município, como também na área rural.

A Figura 3 apresenta delimitações das Áreas de Ponderação que fazem parte do setor urbano do município. Já os bairros, distritos e localidades constantes em cada Área de Ponderação estão relacionados no quadro 1. No anexo estão representados, geograficamente, a delimitação da área urbana do município, com seus bairros identificados (Perfil, 2005).

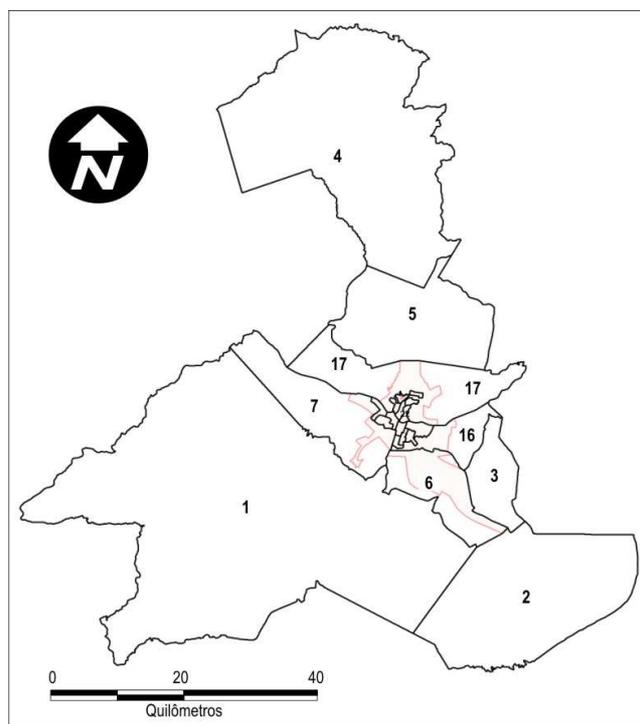


FIGURA 2. Contorno geográfico do município com a indicação de cada área de ponderação determinada pela FIBGE e destaque para o limite urbano municipal.

Fonte: Malha municipal digital do Brasil (2001).

⁷ Área de ponderação: unidade geográfica formada por um agrupamento de setores censitários. O maior nível geográfico dessa unidade é o Município. O menor tamanho de uma área de ponderação é representado por 400 domicílios particulares ocupados como atesta a amostra. (IBGE – Base de informações do censo demográfico 2000: Resultados da amostra por área de ponderação, CD ROM. IBGE 2003).

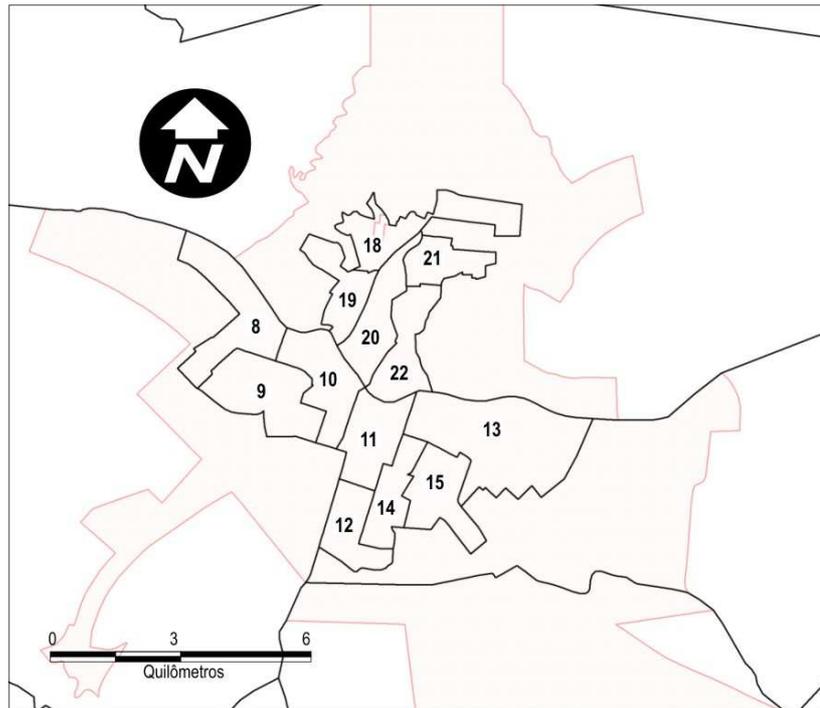


FIGURA 3. Áreas de ponderação do setor urbano do município de Campos dos Goytacazes e destaque para parte do limite urbano.

Fonte: Malha municipal digital do Brasil (2001).

O Quadro apresentado na figura 4 ilustra as localizações dos Bairros, dos Distritos e outras Localidades do município de Campos dos Goytacazes, com seus respectivos códigos de identificação, designados pela FIBGE, segundo suas Áreas de Ponderação que também estão codificadas conforme designação da FIBGE⁸.

⁸ Ver representação geográfica das Áreas de Ponderação no Apêndice B

Código AP	Código	Nome do Bairro	Código AP	Código	Nome do Bairro	
1	Distrito 30	Morangaba	13	Bairro 37	Lapa	
	Distrito 20	Ibitioca		Bairro 38	Parque Oliveira Botelho	
	Distrito 70	Serrinha		Bairro 39	Parque Riachuelo	
	Distrito 15	Dores de Macabu		Bairro 40	Parque Califórnia	
	Distrito 75	Tocos		Bairro 41	Parque Parque Salo Brand	
2	Distrito 50	Santo Amaro de Campos	Bairro 42	Horto		
	Distrito 40	Mussurepe	14	Bairro 43	Chácara João Ferreira	
3	Distrito 65	São Sebastião de Campos		Bairro 30	Parque Fazendinha	
	4	Distrito 55		Santo Eduardo	Bairro 31	Parque João Maria
		Distrito 45		Santa Maria	Bairro 32	IPS
Distrito 85		Vila Nova	Bairro 33	Parque Dr. Beda		
Distrito 35		Morro do Coco	15	Bairro 35	Parque Fazenda Grande	
5	Distrito 44	Travessão		Bairro 36	Parque Tarcísio Miranda	
	6	Subdistrito 09		Quarto subdistrito	Bairro 44	Parque Turf Club
		Bairro 51	Do Prado (parte)	Bairro 45	Jardim Flamboiant I	
		Bairro 52	Bela Vista	Bairro 46	Jardim Flamboiant II	
Bairro 53		Da Penha	Bairro 47	Parque José do Patrocínio		
7	Ururai	Bairro 6	Bairro 51	Paque do Prado (parte)		
			Bairro 23	Parque St° Amaro		
			Bairro 23	Parque dos Rodoviários Stª Cruz		
8	Bairro 16	Parque São Clemente	16	Bairro 48	Parque Vista Alegre	
	Bairro 17	Parque Pecuária		Bairro 49	Parque Benta Pereira	
	Bairro 18	Parque Quinze de Novembro		Bairro 50	Parque Jockey Club	
	Bairro 20	Parque Nova Brasília		Bairro 51	Parque do Prado (parte)	
	Bairro 21	Parque Esplanada		17	Bairro 64	Parque Prazeres
9	Bairro 4	Parque Dom Bosco	Subdistrito 08		Terceiro Subdistrito, sem Bairros	
	Bairro 5	Parque Tamandaré	18	Bairro 65	Parque Guarús	
	Bairro 7	Parque São Caetano		Bairro 66	Parque São Mateus	
	Bairro 8	Parque Presidente Juscelino	Bairro 76	Parque São Silvestre		
	Bairro 12	Parque Alberto Torres	Bairro 77	Parque Eldorado		
	Bairro 13	Parque NSª do Rosário	Bairro 78	Vila Industrial (CODIN)		
	Bairro 14	Parque Leopoldina	19	Bairro 59	Jardim Guarús	
	Bairro 15	Parque São Salvador		Bairro 63	Parque Vera Cruz	
	Bairro 19	Parque Corrientes		Bairro 67	Parque Fundão	
	Bairro 22	Parque Julião Nogueira		Bairro 68	Parque Cidade Luz	
Bairro 23	Parque dos Rodoviários (parte)	Bairro 69	Parque São José			
10	Bairro 2	Parque Av. Pelinca	20	Bairro 54	Parque Niterói	
	Bairro 3	Parque Cons. Thomaz Coelho		Bairro 55	Parque Presidente Vargas	
	Bairro 9	Parque Jardim Mª de Queiroz		Bairro 60	Jardim Carioca	
	Bairro 10	Cajú	Bairro 62	Parque St° Antônio		
	Bairro 11	Sumaré	Bairro 71	Parque Bonsucesso		
11	Bairro 1	Centro	21	Bairro 58	Parque São Domingos	
	Bairro 24	Parque João Seixas		Bairro 61	Parque Bandeirantes	
12	Bairro 25	Parque Rosário		Bairro 73	Parque Novo Mundo	
	Bairro 26	Parque Carlos de Lacerda		Bairro 74	Jardim Residencial Planície	
	Bairro 27	Parque Aurora		Bairro 75	Parque Stª Rosa	
	Bairro 28	Parque São Lino	22	Bairro 56	Parque Zuza Mota	
	Bairro 29	Parque Rui Barbosa		Bairro 57	Parque Barão do Rio Branco	
	Bairro 34	Parque São Benedito		Bairro 70	Parque Alvorada	
	Bairro 34	Parque São Benedito		Bairro 72	Parque Vicente Gonçalves Dias	

FIGURA 4. Quadro contendo a localização dos bairros; distritos e localidades municipais segundo suas áreas de ponderação. Campos dos Goytacazes, RJ, 2000.

Fonte: CD Rom do Resultado das Áreas de Ponderação do Censo Demográfico, 2000.

A Tabela 1 apresenta a área geográfica, o número total de habitantes, o número total de residentes em domicílios particulares permanentes, a densidade domiciliar e a densidade populacional segundo cada Área de Ponderação - AP - do município de Campos⁹. Os códigos de cada Área de Ponderação são baseados na codificação própria da FIBGE, como já citado.

Na tabela 1 observa-se que a AP-06, formada pelos bairros Parque do Prado, Parque Bela Vista e Penha, é a mais populosa com um total de 37.686 habitantes, em um espaço geográfico igual a 130 km², incluindo a área rural e, apresenta uma densidade populacional de 289,90 hab/km². Um número baixo para densidade populacional, se forem observadas as AP's cem por cento urbanas, como por exemplo a AP-21, que apresenta a maior densidade populacional, igual a 10.667,81 hab/km², e está localizada num espaço geográfico de apenas 1,65 km², na periferia urbana do município, com um número igual a 17.594 habitantes.

TABELA 1

Área total, População residente, total de domicílios permanentes, densidade domiciliar e densidade populacional - segundo a área de ponderação. Campos dos Goytacazes, RJ 2000:

Código da Área de Ponderação	Área Geográfica em Km ²	Total Habitantes por AP	Total de Domicílios Particulares Permanentes por AP	Densidade Domiciliar por AP	Densidade Populacional por AP
1	1654,46	22587	6062	3.73	13,65
2	508,66	17277	5158	3.35	33,97
3	93,16	14161	3926	3.61	152,01
4	846,97	18023	5151	3.50	21,28
5	291,26	18158	4776	3.80	62,34
6	130,00	37686	10230	3.68	289,90
7	198,56	18065	4669	3.87	90,98
8	3,75	14689	3988	3.68	3913,16
9	3,63	16272	4587	3.55	4482,31
10	2,83	15867	4861	3.26	5598,29
11	2,56	13853	4362	3.18	5413,91
12	2,00	16834	4510	3.73	8415,44
13	6,99	16048	4503	3.56	2294,80
14	1,93	14964	4345	3.44	7764,95
15	2,60	17523	5118	3.42	6748,10
16	60,09	18507	5026	3.68	307,99
17	221,66	26129	6774	3.86	117,88
18	3,07	25301	6768	3.74	8242,79
19	1,93	16967	4602	3.69	8805,15
20	2,38	14857	4174	3.56	6240,60
21	1,65	17594	4702	3.74	10667,81
22	2,42	14957	4098	3.65	6188,43
Total	4032	406319	112389	3.65	100,77

Fonte: Amostra do Censo Demográfico 2000, FIBGE (2003)

A Figura 5 ajuda a visualizar a densidade populacional do município usando variações nas tonalidades de cor para cada AP. Observa-se que as tonalidades mais intensas estão

⁹ Doravante, Campos dos Goytacazes será citado apenas como Campos.

representando as AP's de maior densidade populacional. O mapa temático é um recorte da Figura 4, que destaca o perímetro urbano do município.



FIGURA 5. Contorno do município estudado e o contorno das 22 áreas de ponderação.
Fonte: Malha municipal digital do Brasil (2001)

O total de domicílios particulares permanentes apresentados na Tabela 1 demonstra que o número máximo de domicílios particulares permanentes está localizado na AP-06 e é igual a 10.230 domicílios. Desta AP fazem parte os bairros Parque do Prado, Parque Bela Vista e Penha, enquanto o menor número de domicílios, igual a 3.926, está na AP-03, localizada no Distrito de São Sebastião.

Na análise das áreas geográficas, a situação varia bastante, devido ao fato de as AP's rurais possuírem uma área geográfica bem maior, incluindo-se, neste mesmo patamar, as AP's simultaneamente rurais e urbanas. A AP que possui maior área é a AP-01 que é rural com 1.654,46 Km², enquanto a AP que possui menor área é a AP-21 que é urbana periférica com 1,65 Km². A densidade populacional, para a maior AP é 13,65 Hab/Km² e para a menor AP, é 10.667,81 Hab/Km². Pertencem à AP-01, que é uma AP rural, os Distritos de Morangaba, Ibitioca, Serrinha, Dores de Macabu e Tocos. E pertencem à AP-21 que é totalmente urbana,

localizada na periferia e que sofre com muitas carências, os bairros: Parque São Domingos, Parque Bandeirantes, Parque Novo Mundo, Jardim Residencial Planície e Parque Santa Rosa.

Em análise mais detalhada encontra-se apenas uma Área de Ponderação Rural, a AP-03 com densidade populacional relativamente comparável às das áreas Urbanas ou às das áreas simultaneamente Urbanas e Rurais. Pertence a esta AP o Distrito municipal de São Sebastião, com densidade populacional igual a 152,01 Km² em uma área geográfica de 93,16 Km².

3.3 DEFINIÇÃO DAS DIMENSÕES E VARIÁVEIS

Para selecionar as dimensões utilizadas neste estudo levou-se em conta indicadores associados à qualidade de vida dos habitantes em um espaço geográfico, priorizando-se o atendimento às necessidades básicas dos mesmos. A preocupação com a escolha das variáveis para a composição de cada dimensão, também considerou a possibilidade de referenciar espacialmente as informações nas unidades de análise adotadas para o município analisado, ou seja, as Áreas de Ponderação.

Após extensa investigação e a devida compreensão do que são demandas sociais prioritárias em um país de situação global como a do Brasil, foram selecionadas, organizadas e apresentadas na tabela 2, as dimensões, as variáveis e as principais fontes de dados utilizadas para os cálculos necessários à determinação do IQV - Campos.

A mensuração deste índice foi feita por meio do levantamento de um conjunto de diferentes aspectos do ambiente socioespacial da população de Campos, abordando o domicílio em que vivem (habitação), as facilidades ofertadas (infra-estrutura), além de variáveis de caracterização da educação e da saúde desta população.

Este estudo foi desagregado e realizado para cada uma das 22 Áreas de Ponderação do município.

TABELA 2

Dimensões e variáveis selecionadas na composição do índice de qualidade de vida de Campos

Dimensões	Variáveis	Fonte dos dados	
IQV₁ Infra-estrutura	IE₁ Ambiental	Lixo - coleta	Censo
	IE₂ Ambiental	Água - encanada	Censo
	IE₃ Ambiental	Efluentes-destino	Censo
	IE₄ Ambiental	Energia - Residencial	Censo
	IE₅ Segurança/Ambiental	População por km ²	Censo
	IE₆ Segurança	Telefone	Censo
	IE₇ Segurança/Ambiental	Iluminação Pública	Censo
	IE₈ Segurança/Ambiental	Calçamento/pavimentação	Censo
IQV₂ Educação	E₁ Atendimento escolar	TLE Fundamental	Censo
	E₂ Atendimento escolar	TLE Médio	Censo
	E₃ Qualidade das escolas	TDIS Fundamental	Censo
	E₄ Qualidade das escolas	TDIS Médio	Censo
	E₅ Nível de ensino	Adultos Alfabetizados	Censo
	E₆ Nível de ensino	Anos de estudo	Censo
IQV₃ Saúde	S₁ Nível de saúde	Fecund. de 15 a 19 anos	Censo
	S₂ Nível de saúde	Fecundidade	Censo
	S₃ Proximidade com hospitais	Hospitais	GUIA SUS. SES RJ
	S₄ Atendimentos Médicos	Consultórios - SUS	GUIA SUS. SES RJ
IQV₄ Habitação	H₁ Privacidade	Densidade dom. p. dormitório	Censo
	H₂ Qualidade do domicílio	Habit. Subnormal	Censo

Fonte: Elaborado pelo autor da dissertação

Com o intuito de padronizar as escalas das variáveis selecionadas foram adotadas as formulações apresentadas nas equações 1 e 2, que traduzem as diversas escalas das variáveis em valores limitados de zero a um. A equação 1 é aplicada para as variáveis em que baixos valores são traduzidos em alta qualidade de vida e, a equação 2, aplicada às variáveis em que baixos valores denotam baixa qualidade de vida.

$$V_i^{Padron} = \frac{V_{max} - V_i}{V_{max} - V_{min}} \quad (1)$$

$$V_i^{Padron} = \frac{V_i - V_{min}}{V_{max} - V_{min}} \quad (2)$$

A partir das observações até aqui expostas serão destacadas nas seções seguintes as associações assumidas entre as dimensões e variáveis selecionadas por meio dos conceitos subjetivos de qualidade de vida.

3.3.1 Infra-Estrutura

A dimensão infra-estrutura é entendida, neste estudo, como principal alavanca da melhoria das condições de vida humana. Esta dimensão é capaz de propiciar um aspecto verdadeiramente saudável ao meio ambiente, traduzido em melhoria e bem estar para a população.

Para a dimensão infra-estrutura ofertada à população de Campos, as variáveis selecionadas pressupõem instalações e facilidades mínimas e prioritárias para a manutenção da qualidade de vida dos seus habitantes. Também foi considerada, na escolha, a disponibilidade dos dados, por Área de Ponderação – AP, na data do censo demográfico de 2000. Assim, para a dimensão infra-estrutura, como demonstrada na Tabela 2, foram selecionadas oito variáveis, a saber: *proporção de domicílios com coleta adequada do lixo, proporção de domicílios com abastecimento adequado de água, proporção de domicílios com destinação adequada dos efluentes, proporção de domicílios com iluminação elétrica domiciliar, proporção de domicílios com linha telefônica, proporção de domicílios situados em logradouros pavimentados, proporção de domicílios situados em logradouros com iluminação pública e a densidade populacional*. A maioria das variáveis utilizadas nesta dimensão associa-se positivamente com qualidade de vida, ou seja, altos valores para as variáveis estão associados com alta qualidade de vida e assim as variáveis foram padronizadas segundo a equação 2. A variável *densidade populacional* (IE_5), ao contrário, tem uma relação inversa, ou seja, elevada densidade populacional associa-se a maiores níveis de violência, dificuldades de manutenção de um ambiente saudável, e, por isto, foi padronizada segundo a equação 1.

O abastecimento de água e o destino adequado dos efluentes são complementos indissociáveis do conceito de qualidade de vida, já que sinalizam para a redução expressiva das enfermidades causadas por microorganismos patogênicos disseminados por meio da água. Dessa forma, a proporção de domicílios com acesso à rede geral de água e de esgoto foi assumida como um indicador de qualidade ambiental.

A existência de um sistema de coleta de lixo regular pode, além de contribuir para a saúde da população, afastando os vetores transmissores de alguns tipos de doenças, evitar o uso de terrenos baldios, inapropriados para o destino final do lixo. Neste trabalho considerou-se adequada a coleta de lixo realizada pelo setor público de maneira indireta e direta, como um indicador ambiental de qualidade de vida.

A proporção de domicílios com instalação de energia elétrica domiciliar também é entendida como prioritária à população. A existência de energia elétrica é facilitadora das conquistas individuais e coletivas do mundo atual e é uma exigência primordial para a inserção do indivíduo no sistema econômico vigente. Entende-se que programas políticos como, por exemplo, “Uma luz no Campo” (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2006) e outros são relevantes para a melhoria das condições de vida da população, dentro do contexto atual.

A iluminação pública foi assumida como indicador indireto de segurança e como indicador de qualidade ambiental. A sensação de segurança proporcionada aos transeuntes e, também, certo grau de bem estar aos moradores do local justificam a inclusão desta variável. Neste trabalho considerou-se a iluminação pública em toda a área urbana e rural do município.

A proporção de domicílios situados em logradouros pavimentados foi utilizada como um indicador de qualidade ambiental e de segurança, já que a existência de trabalhos de urbanização das vias traz conseqüências diretas na qualidade ambiental e na circulação de pedestres e de veículos. Considerou-se, como no caso da iluminação pública, a pavimentação da área total urbana e da área rural do município.

A existência de linha telefônica é um indicador indireto de segurança já que denota facilidades de comunicação e de acesso aos serviços ofertados, sejam eles públicos ou privados. Dessa forma, assume-se a proporção de domicílios com linha telefônica como um indicador de autonomia dos habitantes de um local.

Na análise das variáveis para a dimensão infra-estrutura adotou-se peso dois para a média das variáveis ambientais. Este peso justifica-se pela relação direta destas variáveis com o atendimento às necessidades básicas da população. A equação 3, enquanto formulação final desta dimensão, foi realizada com uma média simples dos valores padronizados de zero a um, seguindo a formulação apresentada nas equações 1 e 2.

$$IQV - IE_j = \frac{\sum_{i=5}^8 IE_i}{4} + \frac{\sum_{i=1}^4 IE_i}{2} \quad (3)$$

em que

$IQV - IE_j$ Índice de qualidade de vida pela infra-estrutura para j-ésima Área de Ponderação

IE_i Indicador padronizado da i-ésima variável de infra-estrutura

3.3.2 Educação

A Educação é um elemento fundamental na promoção de diferenças qualitativas entre pessoas. O nível de escolarização é visto e apresentado em muitas pesquisas e projetos como um dos condicionantes que determinam um nível melhor ou pior do padrão de vida. Assim, entende-se que a educação é prioritária como agente modificador das condições de vida de uma população.

Neste estudo, foram calculadas as *taxas líquida de escolarização, dos níveis fundamental e médio* de ensino para as AP's, como indicador de acesso à educação básica formal. Os indicadores de escolarização estimam a abrangência atual do sistema regular de ensino, ou seja, a proporção da população que frequenta a educação regular em um dado período (indicador instantâneo).

O total de *anos de estudo*, por sua vez, indica o tempo médio em que a população frequentou a escola regular, ou seja, indica o total de escolarização alcançado pela população (indicador acumulado). No Brasil a conclusão dos estudos pode acontecer com a Educação Profissional, tanto no nível fundamental quanto no nível médio, que confere diploma das profissões reconhecidas pelo Ministério da Educação pela LDB nº 9.394/96 e pelo decreto de Lei nº 2208/97. Dessa forma, anos médios de estudo é o período que uma pessoa permanece vinculada ao ensino formal, levando em consideração uma seqüência de escolarização gradativa.

A *taxa de distorção idade-série*, que se caracteriza pela presença do aluno em série incompatível com a sua idade, foi assumida como indicador de qualidade das escolas. Também foi calculado o percentual de adultos alfabetizados por AP municipal.

Como no caso das variáveis de infra-estrutura, as variáveis de educação foram padronizadas segundo as equações 1 e 2. As variáveis de atendimento escolar (E_1 e E_2) e nível de ensino (E_5 e E_6) foram padronizadas segundo a equação 2, pois altos valores destas variáveis sinalizam melhor qualidade de vida. A variável qualidade das escolas, medida pela taxa de distorção idade série (E_3 e E_4), tem uma relação inversa e, por isso, foi padronizada segundo a equação 1.

Na análise das variáveis para a dimensão Educação adotou-se peso um para a média das variáveis. Este valor justifica-se na ênfase que o trabalho buscou dar o atendimento às necessidades das variáveis consideradas para a dimensão infra-estrutura, como o primeiro

passo para a aquisição de todos os outros direitos da população. A formulação final desta dimensão é apresentada na equação 4, ou seja, é feita por uma média simples dos valores padronizados de zero a um seguindo a formulação apresentada nas equações 1 e 2.

$$IQV - E_j = \frac{\sum E_i}{5} \quad (4)$$

em que

$IQV - E_j$ Índice de qualidade de vida em educação para j-ésima Área de Ponderação

E_i Indicador padronizado da i-ésima variável de educação

Vale ressaltar que, para os cálculos das taxas de escolarização da população para o ensino Fundamental, para o ensino Médio, e para o cálculo da distorção, por faixa etária normativa nas matrículas, foram utilizadas as equações a seguir. Numeradas de 5 a 7:

$$TLE = \frac{M_{7a14}^{Fundamental}}{P_{7a14}} \quad (5)$$

em que

TLE Taxa líquida de escolarização

$M_{7a14}^{Fundamental}$ Total de crianças matriculadas no ensino fundamental, com 7 a 14 anos

P_{7a14} População de crianças de 7 a 14 anos

$$TDist = \frac{M^{Fundamental} - M_{7a14}^{Fundamental}}{M^{Fundamental}} \quad (6)$$

em que

$TDist$ Taxa de distorção idade série

$M_{7a14}^{Fundamental}$ Total de crianças matriculadas no ensino fundamental, com 7 a 14 anos

$M^{Fundamental}$ Total de crianças matriculadas na escola, com 7 a 14 anos

P_{7a14} População de crianças de 7 a 14 anos

$$TAE = \frac{M^{Fundamental}}{P_{7a14}} \quad (7)$$

em que

TAE Taxa de atendimento escolar

$M^{Fundamental}$ Total de pessoas matriculadas no ensino fundamental

P_{7a14} População de crianças de 7 a 14 anos

3.3.3 Saúde

A saúde esteve presente em muitos discursos generalizados, desde o surgimento da medicina social, nos séculos XVIII e XIX, período em que os estudos começaram a trazer subsídios para as políticas públicas e para os movimentos sociais (MINAYO, HARTZ e MUSS, 2000, p9). Hoje, a mensuração da qualidade de vida em saúde focaliza seu centro na capacidade de viver sem doença. (*ibid.*). Indicadores como atendimentos médicos, por exemplo, são capazes de identificar, além do problema de saúde imediato apresentado pela população, outras características como, saneamento básico inadequado, problemas de segurança, habitação inadequada, acesso ou não à educação formal, dentre outros. Também foram selecionadas variáveis que indicassem como ocorrem as interações entre os munícipes e o poder público, enquanto setor que deve oferecer melhoria constante na qualidade de vida da população.

Tentou-se trabalhar com *a esperança de, vida ao nascer*, como variável da dimensão saúde para indicar o nível de saúde da população de cada AP. Porém, os dados do censo Demográfico de 2000, para Campos, não permitiram um bom ajuste para a função de mortalidade. Assim, não foi possível estimar a esperança de vida por Área de Ponderação no município.

A dimensão saúde foi composta, assim com quatro variáveis. Pela *Taxa de Fecundidade Total*, como indicador indireto da demanda potencial sobre o sistema de saúde; pela *taxa de fecundidade das mulheres entre 15 anos a 19 anos*, como um indicador de nível de informação e prevenção do sistema. Os dados foram coletados no GUIA SUS e na SES RJ entendendo serem prioridade as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. As outras variáveis foram os *hospitais públicos e os conveniados com o SUS*, como indicador das facilidades de o paciente acessar serviços, como exames ou internações. Por fim, *localização e a quantidade de consultórios* que foi utilizada como indicador dos atendimentos médicos em cada AP do município.

Neste estudo foram calculadas, para todas as AP's, a taxa de fecundidade total e a fecundidade para mulheres entre 15 anos e 19 anos. A faixa etária das mulheres foi escolhida para avaliar a fecundidade na adolescência.

A variável *Consultórios* foi utilizada como indicador de atendimentos médicos, representando o acesso à saúde preventiva. Os consultórios contabilizados localizam-se em

Postos de Saúde, incluindo os que dispõem de atendimento por 24 horas e os que oferecem atendimento por 12 horas só com consultas.

A variável *Hospitais* foi considerada pelo número de unidades hospitalares no município e sua localização por AP, para situar as possibilidades facilitadoras ou complicadoras de acesso aos serviços ofertados à população. A variável total de hospitais não denota diretamente a qualidade de vida local, uma vez que os hospitais têm uma grande área de abrangência. Esta variável foi selecionada para análise da centralidade dos equipamentos necessários para a manutenção da vida e da saúde da população.

Dessa forma, para as variáveis da dimensão saúde, foi adotado peso um para cálculo do índice de oferta das mesmas. Este peso se justifica pela decisão de priorizar a dimensão infra-estrutura cujo peso foi dois, pois se acredita que a falta da mesma seja um dos grandes causadores de doenças. A formulação final da dimensão saúde é dada pela equação 8, similar à equação 3 encontrada para a educação, ou seja, foi elaborada com uma média simples dos valores padronizados, de zero a um, seguindo a formulação das equações 1 e 2 já apresentadas.

Para a saúde, assim como para a infra-estrutura e a educação, as variáveis foram associadas à qualidade de vida e padronizadas segundo as equações 1 e 2. Para a taxa de fecundidade das mulheres entre 15 e 19 anos e para a taxa de fecundidade total foi usada a Equação 1 na padronização, pois quanto mais elevadas as taxas, maior a necessidade de assistência, o que requer maior dispêndio de atenção do poder público para as ações de promoção, recuperação e manutenção da saúde das mães e de seus filhos. A variável *Hospitais* (S_3) e a variável *Consultórios* (S_4) foram padronizadas segundo a equação 2, pois altos valores para estas variáveis concorrem para uma melhoria imediata nas condições de vida local.

$$IQV - S_j = \frac{\sum S_i}{4} \quad (8)$$

em que

$IQV - S_j$ Índice de qualidade de vida em saúde para j-ésima Área de Ponderação

S_i Indicador padronizado da i-ésima variável de saúde

3.3.4 Habitação

A dimensão habitação convive, desde sempre, com a escassez de oferta e o elevado custo para uma aquisição de moradia própria (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS, 2006), embora a Constituição Federal determine o direito de todos os homens a uma moradia decente (BRASIL, 1988).

A dimensão habitação foi composta por duas variáveis censitárias: a *densidade domiciliar por dormitório* dos habitantes, em domicílio particular permanente (H_1), como indicador de privacidade dos moradores dentro do domicílio. É oportuno citar que qualquer cômodo da residência usado como dormitório é contabilizado pelo censo demográfico, exceto o banheiro.

A variável *habitação situada em setor subnormal* (H_2) foi usada como indicador de qualidade do domicílio. Segundo a definição do IBGE, um aglomerado subnormal trata-se de:

[...] conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando, ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carente, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. (IBGE, 2003, p. 49)

Esta variável foi selecionada como indicador de moradias localizadas em favelas, pois se acredita que esta localização influencia na qualidade da moradia.

Na análise das variáveis de habitação adotou-se o peso um para a média das variáveis. Para todas as outras variáveis selecionadas para outras dimensões atribuiu-se peso um em suas análises. A formulação final para a dimensão Habitação foi dada pela equação 9, similar às outras, isto é, foi feita por uma média simples dos valores padronizados de zero a um, seguindo a formulação determinada nas equações 1 e 2. Para as duas variáveis utilizou-se a equação 2, na qual baixos valores encontrados denotam melhor aquisição de qualidade de vida.

$$IQV - H_j = \frac{\sum H_i}{2} \quad (9)$$

em que

$IQV - H_j$ Índice de qualidade de vida pela habitação para j-ésima Área de Ponderação

H_i Indicador padronizado da i-ésima variável de habitação

4 RESULTADOS

4.1 INFRA-ESTRUTURA

No que diz respeito às variáveis selecionadas e analisadas, da dimensão infraestrutura, observa-se, na tabela 3, que a AP-11 apresenta, a seu favor, os maiores valores percentuais dos indicadores de infraestrutura investigados. E tem contra si uma elevada densidade populacional - 5.413,91 hab/ Km² - que alguns autores entendem como prejudicial, pois pode vir a se relacionar com maiores índices de violência.

TABELA 3

Proporções em porcentagens de domicílios Particulares Permanentes atendidos pelos serviços básicos selecionados para a dimensão Infra-estrutura. Obs.: densidade populacional está expressa em habitantes por Km².

Área de Ponderação	Lixo coletado	Água encanada	Efluentes canalizados	Energia elétrica	Densidade Populacional	Linha telefônica	Iluminação pública	Paviment./ calçamento
1	46,57%	98,24%	88,94%	93,46%	13,65	7,52%	81,38%	40,07%
2	65,31%	93,51%	91,19%	96,48%	33,97	12,87%	67,08%	33,96%
3	64,71%	98,05%	97,37%	96,73%	152,01	11,30%	85,19%	34,86%
4	53,13%	99,00%	60,46%	90,22%	21,28	14,00%	76,87%	37,09%
5	65,84%	97,41%	94,13%	96,53%	62,34	10,03%	87,03%	56,08%
6	91,85%	97,27%	94,89%	98,65%	289,90	38,98%	90,58%	77,40%
7	83,96%	94,74%	85,37%	98,38%	90,98	34,95%	87,37%	64,16%
8	97,12%	99,70%	95,91%	99,70%	3913,16	55,99%	95,41%	91,19%
9	97,81%	98,96%	98,66%	99,49%	4482,31	72,03%	96,94%	97,37%
10	99,29%	98,95%	98,38%	99,81%	658,73	76,79%	97,53%	90,95%
11	100,00%	99,75%	99,78%	100,00%	5413,91	82,77%	98,90%	98,53%
12	98,16%	99,92%	97,06%	99,67%	8415,44	55,05%	98,05%	91,50%
13	95,39%	98,18%	91,66%	99,26%	2294,80	57,62%	89,83%	83,40%
14	99,83%	99,63%	99,83%	99,62%	7764,95	67,76%	98,46%	98,15%
15	99,86%	99,87%	97,63%	100,00%	6748,10	70,77%	96,37%	94,31%
16	87,12%	96,83%	95,63%	99,71%	307,99	39,72%	93,09%	72,28%
17	85,70%	97,89%	79,87%	97,72%	117,88	7,72%	93,90%	79,25%
18	95,00%	98,59%	97,62%	99,45%	8242,79	17,76%	92,20%	88,11%
19	98,81%	98,96%	95,75%	100,00%	8805,15	23,07%	96,42%	94,95%
20	98,28%	98,05%	84,28%	99,74%	6240,60	33,69%	96,29%	96,14%
21	98,08%	98,94%	96,54%	98,87%	10667,81	20,27%	95,68%	92,91%
22	98,34%	99,24%	84,25%	99,78%	6188,43	33,28%	98,41%	90,29%
Total					100,77			

Fonte: Elaboração do autor baseado nos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000.

A tabela 4 apresenta os resultados dos índices parciais gerados para as variáveis selecionadas para a dimensão infra-estrutura, em cada área de ponderação e o índice sintético desta dimensão por AP.

TABELA 4
Resultado dos índices de oferta para cada variável da dimensão Infra-estrutura e o índice composto da dimensão infra-estrutura para todas as APs:

Área de Ponderação	Lixo coletado	Água encanada	Efluentes canalizados	Energia elétrica	Densidade Populacional	Linha telefônica	Iluminação pública	Paviment./ calçamento	Infraestrutura
1	0,0000	0,7374	0,7234	0,3313	1,0000	0,0000	0,4494	0,0947	0,3205
2	0,3508	0,0000	0,7807	0,6398	0,9981	0,0710	0,0000	0,0000	0,2882
3	0,3396	0,7076	0,9375	0,6661	0,9870	0,0501	0,5692	0,0139	0,4326
4	0,1228	0,8558	0,0000	0,0000	0,9993	0,0861	0,3075	0,0485	0,2124
5	0,3606	0,6072	0,8553	0,6448	0,9954	0,0333	0,6268	0,3425	0,4334
6	0,8475	0,5860	0,8746	0,8620	0,9741	0,4180	0,7384	0,6727	0,5715
7	0,6999	0,1912	0,6327	0,8340	0,9927	0,3645	0,6374	0,4676	0,4486
8	0,9461	0,9655	0,9004	0,9695	0,6340	0,6441	0,8902	0,8863	0,6636
9	0,9589	0,8498	0,9704	0,9476	0,5806	0,8573	0,9384	0,9819	0,6757
10	0,9867	0,8481	0,9633	0,9804	0,9395	0,9205	0,9570	0,8826	0,7035
11	1,0000	0,9728	0,9987	1,0000	0,4931	1,0000	1,0000	1,0000	0,7148
12	0,9656	1,0000	0,9297	0,9658	0,2114	0,6316	0,9733	0,8911	0,6518
13	0,9138	0,7283	0,7926	0,9248	0,7859	0,6658	0,7148	0,7657	0,6032
14	0,9968	0,9546	1,0000	0,9609	0,2725	0,8006	0,9863	0,9941	0,6799
15	0,9974	0,9923	0,9442	1,0000	0,3679	0,8406	0,9204	0,9345	0,6832
16	0,7590	0,5178	0,8935	0,9699	0,9724	0,4278	0,8173	0,5934	0,5682
17	0,7323	0,6831	0,4932	0,7668	0,9902	0,0026	0,8428	0,7014	0,4930
18	0,9064	0,7914	0,9439	0,9435	0,2276	0,1360	0,7894	0,8386	0,5726
19	0,9777	0,8493	0,8964	1,0000	0,1748	0,2066	0,9221	0,9445	0,6059
20	0,9679	0,7081	0,6052	0,9733	0,4155	0,3477	0,9180	0,9629	0,5721
21	0,9641	0,8468	0,9164	0,8845	0,0000	0,1694	0,8988	0,9129	0,5753
22	0,9689	0,8941	0,6044	0,9775	0,4204	0,3424	0,9844	0,8723	0,5943
Total					100,77				

Fonte: Elaboração do autor baseado nos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000.

A tabela 4 revela, por meio da análise do índice sintético de infra-estrutura, que os menores valores estão nas Áreas de Ponderação, rurais, como AP-01, AP-02, AP-03, AP-04 e AP-05. Este resultado é coerente com a realidade, uma vez que a oferta de serviços públicos é menos abrangente nas áreas rurais. As áreas de ponderação mistas (rurais e urbanas), também apresentam menores valores para esta dimensão, como é o caso da AP-06, AP-07, AP-16 e AP-17. Observa-se que estas áreas localizadas na periferia da área urbana também registram baixos indicadores de infra-estrutura.

Observa-se ainda que as AP's 14 e 15 têm ofertas parciais com índices elevados, tendo sido prejudicadas, na síntese final do índice, provavelmente pelos altos valores observados para a variável de densidade populacional elevado nas duas AP's.

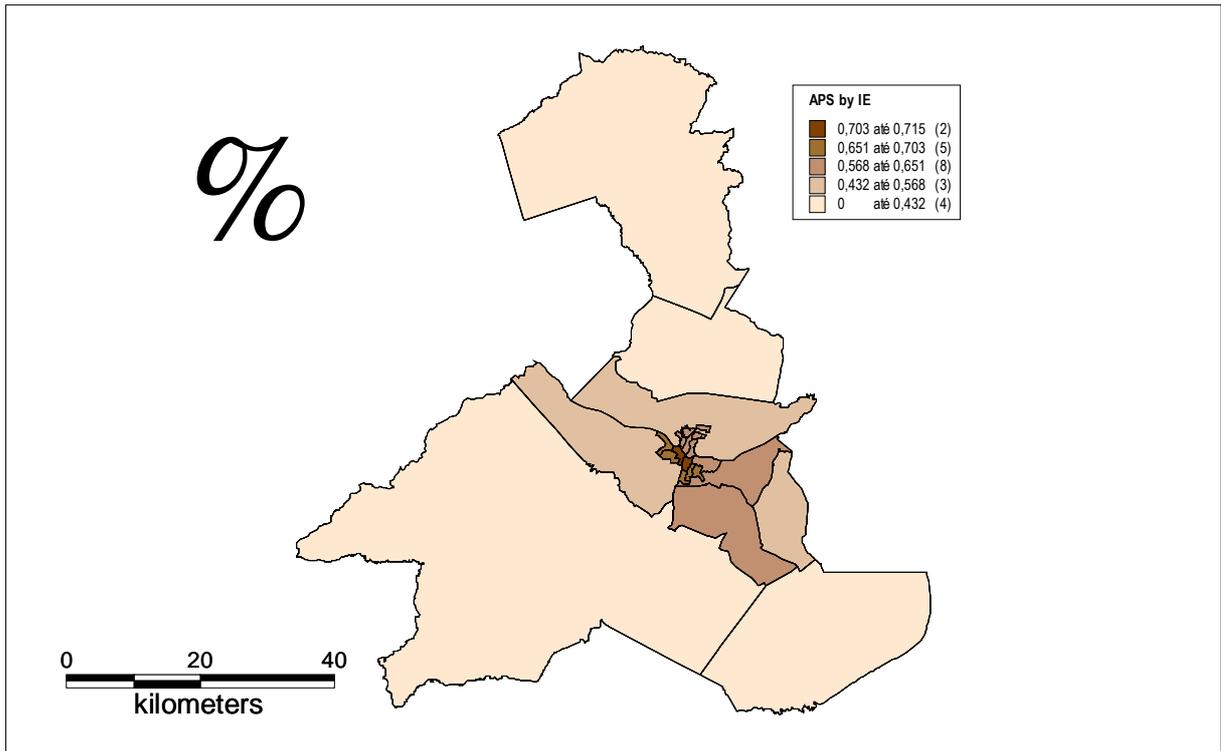


FIGURA 6. Índice de Qualidade de Vida para a Dimensão Infra-estrutura. Contorno do limite do Município. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000
 Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

4.2 EDUCAÇÃO

A tabela 5 indica a proporção da população que sabe ler e escrever por AP. Observa-se o melhor resultado na AP-11 com 91,81% de alfabetizados e o pior resultado na AP-04 - situada na área rural do município - com 69,94% de pessoas que sabem ler e escrever.

TABELA 5
Total da população alfabetizada e proporção em porcentagem segundo a área de ponderação.

Área de ponderação	População que sabe ler e escrever	Proporção da população que sabe ler e escrever	Índice da população que sabe ler e escrever
1	15920	70,48%	0,0247
2	13379	77,44%	0,3427
3	10913	77,06%	0,3256
4	12606	69,94%	0,0000
5	12998	71,54%	0,0730
6	30726	81,53%	0,5299
7	13906	76,98%	0,3216
8	12782	87,00%	0,7800
9	14506	88,89%	0,8664
10	14473	89,37%	0,8882
11	12905	91,81%	1,0000
12	14438	85,73%	0,7217
13	13692	85,32%	0,7031
14	13570	90,59%	0,9443
15	15624	88,45%	0,8461
16	15224	82,11%	0,5564
17	18927	72,44%	0,1140
18	19663	77,72%	0,3554
19	13802	81,35%	0,5214
20	12230	82,15%	0,5580
21	13102	74,47%	0,2069
22	12437	83,00%	0,5971
Total	327822		

Fonte: IBGE, Resultado da Amostra do Censo Demográfico 2000

Para a dimensão educação, os cálculos foram feitos a partir do número total de pessoas, coletado no resultado da amostra do Censo Demográfico 2000 por AP; número de matrículas dentro da faixa etária normativa; número de matrículas totais independente da faixa etária normativa (com adiantamento ou atraso escolar); média de anos de estudo; número de pessoas que sabem ler e escrever. A tabela 6, a seguir, apresenta as proporções em percentuais da taxa líquida de escolarização para o ensino Fundamental e Médio, e a taxa de distorção idade-série para o ensino Fundamental e Médio por AP, além da taxa total de alfabetizados e a média de anos de estudo.

TABELA 6
Taxa líquida de escolarização no Ensino Fundamental e Médio; Taxa de distorção idade-série normativa no Ensino Fundamental e médio; proporção total de alfabetizados e a Média de anos de Estudo segundo cada Área de Ponderação.

Área de ponderação	Taxa líquida de escolarização %		Taxa de distorção idade-série %		Sabem ler e escrever Proporção de alfabetizados	Anos de estudo por Ap média
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio		
1	87,87%	13,47%	27,61%	60,95%	70,48%	3,00
2	90,01%	28,51%	22,16%	63,12%	77,44%	3,88
3	88,82%	25,26%	16,46%	48,55%	77,06%	3,63
4	84,16%	21,13%	26,45%	56,29%	69,94%	3,25
5	91,32%	14,22%	28,02%	69,41%	71,54%	3,43
6	89,56%	27,57%	24,20%	57,65%	81,53%	4,78
7	87,59%	23,07%	30,27%	58,00%	76,98%	4,69
8	90,37%	37,50%	29,81%	62,41%	87,00%	5,86
9	94,80%	51,21%	19,66%	54,46%	88,89%	7,41
10	90,36%	58,35%	18,89%	43,84%	89,37%	7,99
11	90,67%	63,49%	22,63%	48,77%	91,81%	8,34
12	94,40%	40,77%	23,59%	61,31%	85,73%	5,83
13	91,17%	48,43%	23,85%	54,07%	85,32%	6,43
14	92,89%	43,50%	20,64%	58,80%	90,59%	7,32
15	91,19%	60,39%	24,70%	50,41%	88,45%	7,10
16	91,46%	37,07%	26,74%	49,17%	82,11%	5,14
17	84,15%	19,67%	27,73%	63,10%	72,44%	3,58
18	89,98%	19,80%	29,67%	66,30%	77,72%	4,31
19	88,45%	28,11%	27,21%	61,35%	81,35%	4,73
20	93,34%	23,91%	33,86%	68,76%	82,15%	5,30
21	83,37%	18,44%	30,49%	71,80%	74,47%	3,64
22	90,49%	42,65%	23,20%	53,90%	83,00%	5,34

Fonte: FIBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000.

Observa-se, nos resultados da tabela 6, que a melhor taxa líquida de escolarização para o ensino Fundamental encontra-se na AP-09, com 90,80%, e a melhor taxa líquida de escolarização para o ensino Médio está na AP-11 com 63,49%. O pior resultado das taxas citadas encontra-se na AP-21 com 83,37%, para o ensino Fundamental e na AP-01 para o ensino Médio com 13,47%.

No que diz respeito à taxa de distorção idade-série normativa, no ensino Fundamental e Médio do município de Campos, observa-se que a menor distorção idade-série para o ensino Fundamental encontra-se na AP-03 com 16,46% de matrículas. Resultados aproximados ao apresentado ocorrem em todas as AP's, nas quais a maior distorção idade-série normativa para o ensino Fundamental foi observada na AP-20 com 33,86%. No ensino Médio, o menor percentual para a taxa de distorção idade-série normativa, foi encontrado na AP-10 com 43,84% de matrículas, e o maior percentual para a taxa de distorção idade-série normativa

está na AP-21 com 71,80% das matrículas com adiantamento ou atraso no nível de escolarização do aluno.

TABELA 7

Resultado dos índices de escolarização para o ensino fundamental e médio, dos índices de distorção idade-série para o ensino fundamental e médio, índice de alfabetizados, índice da média dos anos de estudo e o índice final para a dimensão Educação.

Área de Ponderação	Índice de escolarização		Índice da distorção idade-série		Índice de alfabetizados Pessoas que sabem ler e escrever	Índice médio dos Anos de estudo	Educação
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio			
1	0,3935	0,0000	0,3592	0,3878	0,0247	0,0000	0,1942
2	0,5810	0,3006	0,6724	0,3102	0,3427	0,1655	0,3954
3	0,4770	0,2357	1,0000	0,8316	0,3256	0,1187	0,4981
4	0,0691	0,1531	0,4258	0,5547	0,0000	0,0468	0,2082
5	0,6952	0,0149	0,3355	0,0855	0,0730	0,0809	0,2142
6	0,5414	0,2819	0,5551	0,5061	0,5299	0,3334	0,4580
7	0,3694	0,1918	0,2063	0,4935	0,3216	0,3164	0,3165
8	0,6125	0,4803	0,2326	0,3357	0,7800	0,5349	0,4960
9	1,0000	0,7544	0,8163	0,6200	0,8664	0,8255	0,8138
10	0,6113	0,8972	0,8603	1,0000	0,8882	0,9356	0,8654
11	0,6385	1,0000	0,6452	0,8238	1,0000	1,0000	0,8512
12	0,9649	0,5456	0,5904	0,3752	0,7217	0,5307	0,6214
13	0,6819	0,6988	0,5753	0,6341	0,7031	0,6429	0,6560
14	0,8328	0,6004	0,7598	0,4649	0,9443	0,8096	0,7353
15	0,6843	0,9380	0,5263	0,7651	0,8461	0,7678	0,7546
16	0,7079	0,4718	0,4094	0,8092	0,5564	0,4004	0,5592
17	0,0681	0,1239	0,3522	0,3110	0,1140	0,1088	0,1797
18	0,5778	0,1264	0,2407	0,1966	0,3554	0,2447	0,2903
19	0,4446	0,2926	0,3820	0,3738	0,5214	0,3245	0,3898
20	0,8720	0,2086	0,0000	0,1085	0,5580	0,4318	0,3631
21	0,0000	0,0993	0,1935	0,0000	0,2069	0,1204	0,1033
22	0,6223	0,5834	0,6126	0,6402	0,5971	0,4391	0,5825

Fonte: Elaboração do autor baseado nos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000.

A tabela 7 apresenta os índices parciais para a dimensão educação e o índice sintético final para esta dimensão, o que permite observar com clareza as limitações e os avanços de cada uma das AP's com relação à dimensão educação.

O melhor índice sintético, gerado com valores padronizados entre zero e um para os índices parciais e a média ponderada, foi 0,6245 na AP-20 e o pior foi 0,2248 na AP-03. Esta AP também é a que tem o pior índice de distorção idade-série, tanto para o ensino fundamental como para o ensino médio.

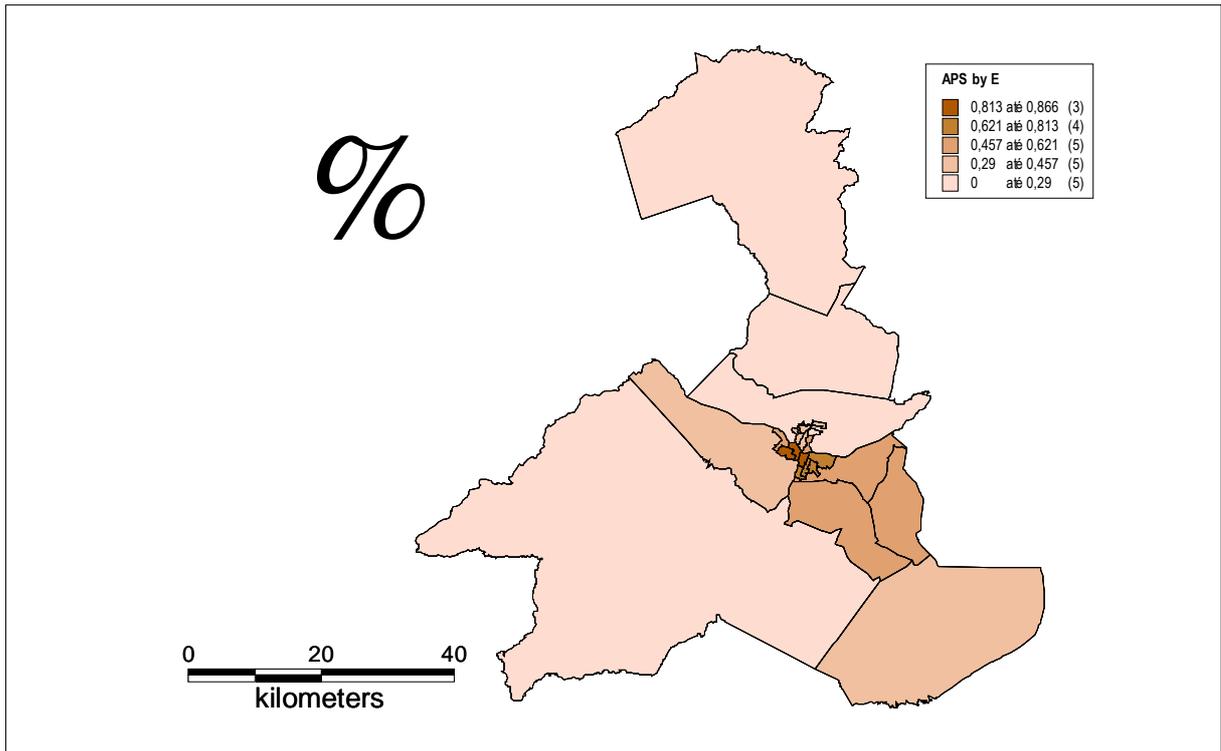


FIGURA 7. Índice de Qualidade de Vida para a Dimensão Educação. Contorno do limite do Município. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

4.3 SAÚDE

A tabela 8 apresenta por AP a taxa de fecundidade total (TFT) e a taxa específica de fecundidade das mulheres com idade entre 15 e 19 anos, por mil mulheres.

TABELA 8

Taxa de fecundidade das mulheres de 15 e 19 anos por mil e taxa de fecundidade total, total de consultórios por cem habitantes e percentuais de hospitais do município na AP, por Área de Ponderação. Campos dos Goytacazes, RJ, 2000.

AP- Região Geográfica	Fecundidade de 15 a 19 anos (por mil)	Fecundidade Total	Consultório por 100 habitantes	Percentual de Hospitais
1	90,5934	2,9220	1,0626	0,00%
2	32,6318	2,6178	1,8522	0,00%
3	80,1014	2,2418	0,2260	0,00%
4	56,9448	2,3707	0,9876	0,00%
5	67,9194	2,8585	0,5728	0,00%
6	95,9397	2,4750	0,1911	0,00%
7	65,6536	2,1934	0,1771	0,00%
8	72,8682	1,5303	0,6536	0,00%
9	53,8543	1,7528	0,6391	25,00%
10	13,1242	1,6885	8,1553	12,50%
11	33,4722	1,0878	14,9065	50,00%
12	31,1656	1,5992	0,0475	12,50%
13	39,4124	1,8761	0,2493	0,00%
14	34,2042	1,4029	0,3208	0,00%
15	11,9632	1,4339	0,0342	0,00%
16	37,5768	2,2265	0,7241	0,00%
17	89,9093	2,4065	0,2373	0,00%
18	61,8917	2,4645	0,5059	0,00%
19	76,3813	2,3363	0,3301	0,00%
20	43,0321	1,9626	0,4846	0,00%
21	99,2653	2,7640	0,7730	0,00%
22	93,9009	1,8916	0,8558	0,00%

Nota: TFT Taxa de fecundidade total

Fonte: GUIA SUS. SES RJ pela INTERNET.

Observa-se, na tabela 8, que a AP-21 apresenta a maior taxa de fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos (99,2 filhos por mil mulheres), enquanto a maior taxa de fecundidade total está na AP-01 (2,9 filhos por mulheres). A menor taxa de fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos encontra-se na AP-15 (12,0 filhos por mil mulheres) e bem próxima desta taxa está a AP10 (13,13). A menor taxa de fecundidade total apresenta-se na AP-11 com uma taxa de 1,1 (filhos por mulheres).

Unidade Hospitalares e suas localizações conforme a AP	
Nome da Unidade	Código da AP
Fund. Benedito Pereira Nunes/ Hospital Escola Álvaro Alvim	9
Santa Casa de Misericórdia de Campos	9
Fund. Dr. João Barcelos Martins/ Hospital Ferreira Machado	10
Hospital Escola dos Plantadores de Cana	11
Inst. de Doenças Mentais Ltda / Hospital Henrique Roxo	11
Inst. De Medicina Nuclear e Endocrinologia Ltda./ IMNE	11
Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campos	11
Liga Espírita de Campos Mant. Do Hosp. Abrigo Dr. João Viana	12

FIGURA 8. Quadro contendo unidades hospitalares, segundo suas localizações por área de ponderação.
Fonte: Secretaria de Estado do Rio de Janeiro – TabNet.

A tabela 9 apresenta os índices compostos parciais para as variáveis de fecundidade por AP que mostra, em melhor situação encontrada para o índice, a AP-02 com índice igual a 0,7987 e em pior, a AP-22 com índice igual a 0,2498. Para os hospitais constata-se que eles se concentram na AP-11 (ver figura 8). A figura 8 apresenta o nome de cada hospital do município com sua localização por AP no ano de 2000. A tabela 9 ilustra a geração dos índices parciais e mostra os hospitais públicos ou conveniados com a rede pública de saúde, bem próximos uns dos outros. Todos em torno da região central do município.

TABELA 9
Índices dos níveis de saúde; índice de atendimento médico e o
índice sintético encontrado para a dimensão saúde.

AP- Região Geográfica	Índice fecundidade de 15 a 19 anos (por mil)	Índice Fecundidade Total	Consultório por 100 habitantes	Percentual de Hospitais	Índice de Saúde
1	0,0993	0,0000	0,0691	0,0000	0,0421
2	0,7633	0,1659	0,1222	0,0000	0,2628
3	0,2195	0,3709	0,0129	0,0000	0,1508
4	0,4848	0,3005	0,0641	0,0000	0,2124
5	0,3591	0,0346	0,0362	0,0000	0,1075
6	0,0381	0,2437	0,0105	0,0000	0,0731
7	0,3850	0,3972	0,0096	0,0000	0,1980
8	0,3024	0,7588	0,0416	0,0000	0,2757
9	0,5202	0,6374	0,0407	0,5000	0,4246
10	0,9867	0,6725	0,5461	0,2500	0,6138
11	0,7536	1,0000	1,0000	1,0000	0,9384
12	0,7800	0,7212	0,0009	0,2500	0,4380
13	0,6856	0,5702	0,0145	0,0000	0,3176
14	0,7452	0,8282	0,0193	0,0000	0,3982
15	1,0000	0,8113	0,0000	0,0000	0,4528
16	0,7066	0,3792	0,0464	0,0000	0,2830
17	0,1072	0,2810	0,0137	0,0000	0,1005
18	0,4281	0,2494	0,0317	0,0000	0,1773
19	0,2621	0,3193	0,0199	0,0000	0,1503
20	0,6441	0,5230	0,0303	0,0000	0,2994
21	0,0000	0,0861	0,0497	0,0000	0,0339
22	0,0614	0,5618	0,0552	0,0000	0,1696

Fonte: Elaboração do autor baseado nos dados do GUIA SUS. SES RJ.

O índice sintético, gerado para a dimensão saúde por AP, mostra que a melhor situação encontrada para saúde está na área central do município, na AP-11 com um índice resultado igual a 0,7923 e a pior está localizada na periferia urbana do município, na AP-22, com um índice de saúde igual a 0,1030, tendo um resultado bem aproximado na AP-08 (0,1052).

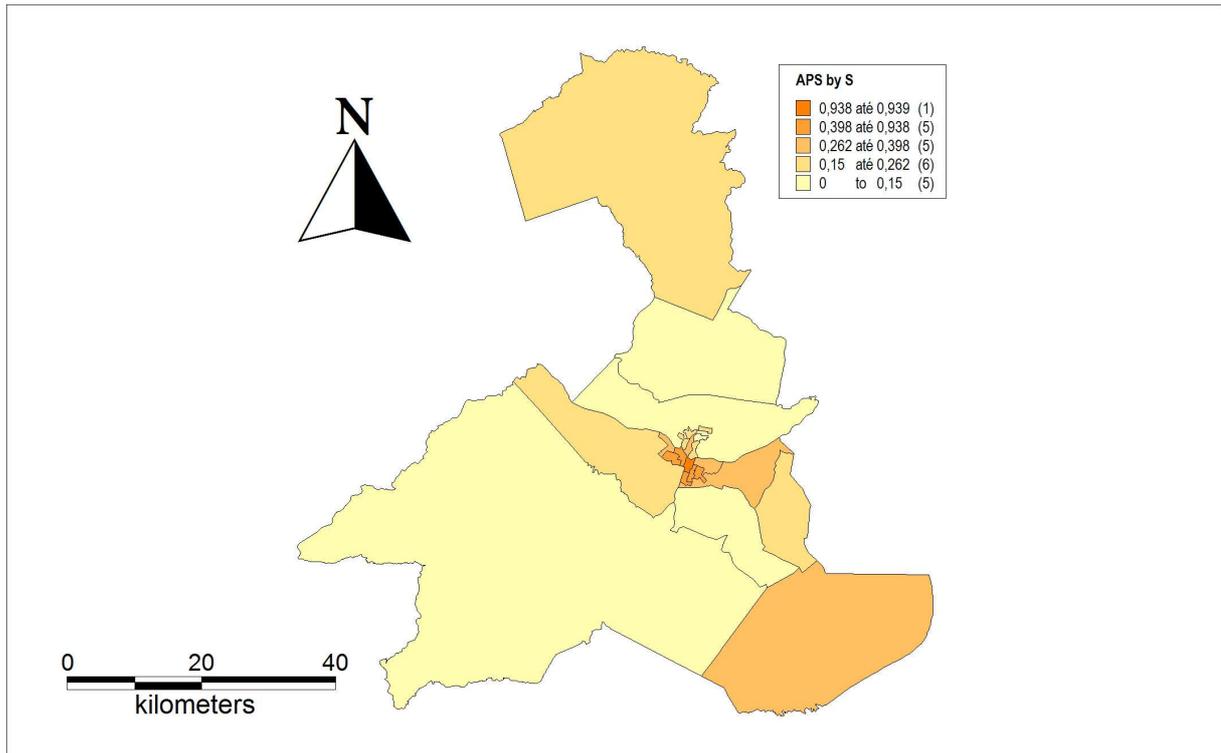


FIGURA 9. Índice de Qualidade de Vida para a Dimensão Saúde. Contorno do limite do Município. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

4.4 HABITAÇÃO

A tabela 10 permite a observação das condições de privacidade pela leitura dos índices parciais da densidade domiciliar por dormitório (cômodo). O melhor índice encontra-se na AP-06, com um percentual de 0,020, e o pior encontra-se na AP-08, com um percentual de 0,053. Ainda na mesma tabela, ao contrário, os percentuais das localizações das habitações subnormais são bem destacados. Onde o maior percentual está na AP-07 com 22,25%. Também são elevados os percentuais das AP-17 – AP-13 – e AP-20 com 17,52%, 13,52% e 15,54%, respectivamente. Constata-se que várias AP's constam um percentual de 0 para habitações subnormais. São as AP's 01, 02, 03, 04, 11, 12, 14, 15 e 18, ou seja, não foram contabilizadas habitações em setores subnormais nestas áreas de ponderação, pelo conceito adotado pelo IBGE para definir setor subnormal, que pode ser entendido indiretamente como uma favela. Isto seria muito comemorado se as favelas situadas em outras áreas do município não dispensassem tanta atenção do poder público, pela quantidade e más condições de vida.

TABELA 10
 Porcentagem da densidade domiciliar por dormitório; porcentagem das habitações subnormais e os índices respectivos, segundo as Áreas de Ponderação.

Área de Ponderação	Proporção da densidade populacional por dormitório	Índice da densidade populacional por dormitório	Proporção de domicílios subnormais por AP	Índice de habitações subnormais por AP
1	0,036%	0,5325	0,00%	1,0000
2	0,036%	0,5344	0,00%	1,0000
3	0,051%	0,0570	0,00%	1,0000
4	0,039%	0,4428	0,00%	1,0000
5	0,048%	0,1738	1,57%	0,9295
6	0,020%	1,0000	1,97%	0,9117
7	0,049%	0,1158	22,25%	0,0000
8	0,053%	0,0000	2,90%	0,8698
9	0,042%	0,3489	2,27%	0,8979
10	0,034%	0,5857	5,70%	0,7440
11	0,037%	0,4853	0,00%	1,0000
12	0,046%	0,2186	0,00%	1,0000
13	0,045%	0,2533	13,52%	0,3923
14	0,041%	0,3812	0,00%	1,0000
15	0,036%	0,5298	0,00%	1,0000
16	0,042%	0,3573	2,47%	0,8889
17	0,038%	0,4652	17,52%	0,2125
18	0,033%	0,6028	0,00%	1,0000
19	0,048%	0,1634	1,63%	0,9265
20	0,052%	0,0477	12,54%	0,4363
21	0,052%	0,0340	1,40%	0,9370
22	0,053%	0,0044	5,16%	0,7682

Fonte: Elaboração do autor a partir da Amostra do censo demográfico de 2000, (IBGE).

A dimensão habitação apresenta, em seu índice final, uma grande variação entre as condições encontradas para cada AP, ou seja, foram observadas grandes diferenças de valores no índice sintético. Isto denota a necessidade de mais estudo com maiores detalhes, na busca de maior clareza de onde se deve trabalhar e como, prioritariamente.

TABELA 11
Cálculo final do índice para a dimensão habitação.

Área de Ponderação	Índice de densidade populacional por domicílio	Índice de habitações subnormais por AP	habitação
1	0,5325	1,0000	0,7663
2	0,5344	1,0000	0,7672
3	0,0570	1,0000	0,5285
4	0,4428	1,0000	0,7214
5	0,1738	0,9295	0,5517
6	1,0000	0,9117	0,9558
7	0,1158	0,0000	0,0579
8	0,0000	0,8698	0,4349
9	0,3489	0,8979	0,6234
10	0,5857	0,7440	0,6649
11	0,4853	1,0000	0,7427
12	0,2186	1,0000	0,6093
13	0,2533	0,3923	0,3228
14	0,3812	1,0000	0,6906
15	0,5298	1,0000	0,7649
16	0,3573	0,8889	0,6231
17	0,4652	0,2125	0,3389
18	0,6028	1,0000	0,8014
19	0,1634	0,9265	0,5450
20	0,0477	0,4363	0,2420
21	0,0340	0,9370	0,4855
22	0,0044	0,7682	0,3863

Fonte: Elaboração do autor a partir da Amostra do censo demográfico de 2000.

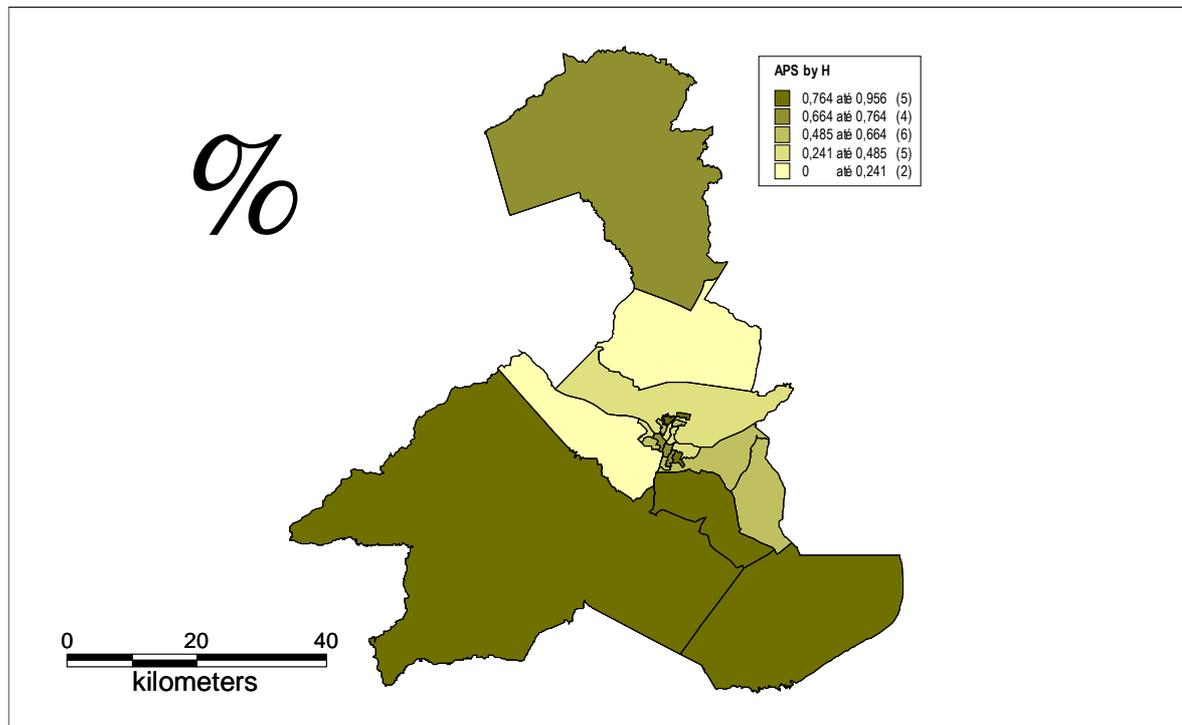


FIGURA 10: Índice de Qualidade de Vida para a Dimensão Habitação. Contorno do limite do Município. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

4.5 ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA DE CAMPOS

A tabela 12 apresenta os índices determinados para cada dimensão selecionada para compor o índice sintético e o Índice de Qualidade de Vida do Município de Campos dos Goytacazes. O IQV-Campos apresenta o seu melhor índice na AP-11, igual a 0,8118, e o seu pior índice na AP-07 igual a 0,2552. Entre estes dois índices temos mais 20 variações, em que 13 estão abaixo de 0,5 e 7 estão acima de 0,5 aos moldes do IDH Municipal Campos encontra-se com condições de vida média em 8 das 22 Áreas de Ponderação.

TABELA 12

Índices de infra-estrutura; índices de educação; índices de saúde; índices de habitação e o Índice de Qualidade de Vida (IQV) de Campos dos Goytacazes, RJ, 2000.

Área de Ponderação	Infra-Estrutura	Educação	Saúde	Habitação	IQV-Campos
1	0,3205	0,1942	0,0421	0,7663	0,3308
2	0,2882	0,3954	0,2628	0,7672	0,4284
3	0,4326	0,4981	0,1508	0,5285	0,4025
4	0,2124	0,2082	0,2124	0,7214	0,3386
5	0,4334	0,2142	0,1075	0,5517	0,3267
6	0,5715	0,4580	0,0731	0,9558	0,5146
7	0,4486	0,3165	0,1980	0,0579	0,2552
8	0,6636	0,4960	0,2757	0,4349	0,4676
9	0,6757	0,8138	0,4246	0,6234	0,6344
10	0,7035	0,8654	0,6138	0,6649	0,7119
11	0,7148	0,8512	0,9384	0,7427	0,8118
12	0,6518	0,6214	0,4380	0,6093	0,5802
13	0,6032	0,6560	0,3176	0,3228	0,4749
14	0,6799	0,7353	0,3982	0,6906	0,6260
15	0,6832	0,7546	0,4528	0,7649	0,6639
16	0,5682	0,5592	0,2830	0,6231	0,5084
17	0,4930	0,1797	0,1005	0,3389	0,2780
18	0,5726	0,2903	0,1773	0,8014	0,4604
19	0,6059	0,3898	0,1503	0,5450	0,4228
20	0,5721	0,3631	0,2994	0,2420	0,3691
21	0,5753	0,1033	0,0339	0,4855	0,2995
22	0,5943	0,5825	0,1696	0,3863	0,4332

Fonte: Elaboração do autor a partir das coletas de dados já referenciadas em tabela anteriores.

A dimensão Infra-estrutura apresenta índices bem próximos entre si para cada AP, estando as melhores condições de infra-estrutura, ou seja, os melhores valores encontrados para seus índices, na AP-11 com 0,7148 e na AP-10 com 0,7035. Os piores valores, para a dimensão, encontram-se nas AP's Rurais, estando o pior deles na AP-04 (0,2124). De forma generalizada, o município oferece infra-estrutura regularizada aos seus habitantes.

Excetuando-se a área rural, por apresentar suas peculiaridades. Mas devem ser mais investigadas, para esclarecer as razões de tais diferenças nas ofertas imprescindíveis para atender às necessidades mais básicas de uma comunidade.

A dimensão Educação apresenta uma considerável variação entre os índices gerados para cada AP. A variação do melhor valor encontrado na AP-20 apresenta índice igual a 0,6245 e o pior valor encontrado na AP-03, com índice igual a 0,2248. O que se observa é a grande diferença entre os índices, de um modo geral, não sendo notórias as razões que justificam as diferenças entre as áreas rurais e urbanas, ou entre centro e periferia. Merece mais análise, com o máximo de dados possíveis, pois poucas matrículas no Ensino Médio pode ser sinal de busca por sobrevivência no mundo do trabalho, enquanto a Distorção idade-série talvez indique interesse dos estudantes em permanecer na escola.

A dimensão saúde oferece um nível elevado para o índice composto na AP-10 e na AP-11, o que presume uma maior infra-estrutura de saúde instalada na área central. Nas outras AP's este índice é baixo, variando em pequenos níveis o seu valor, o que significa que outras investigações precisam ser realizadas no município por Área de Ponderação para esclarecer os reais motivos desta diferença. É notório que existe uma concentração de serviços de saúde na área central, entretanto não se pode afirmar, com a pesquisa realizada, se há congestionamento de hospitais e postos de saúde. Entretanto é necessário investigar se as áreas periféricas do município contam com atendimento de saúde satisfatório.

A dimensão Habitação é relativamente uniforme no município, salvas algumas exceções. As áreas onde foi detectada baixa qualidade das moradias estão localizadas em áreas urbanas periféricas, tendo alcançado seu pior índice na AP-07 (0,0579). Outras áreas que apresentaram valores baixos são formadas pelas AP's 20, 21, 22, 17, 13 e 08 (abaixo de 0,5).

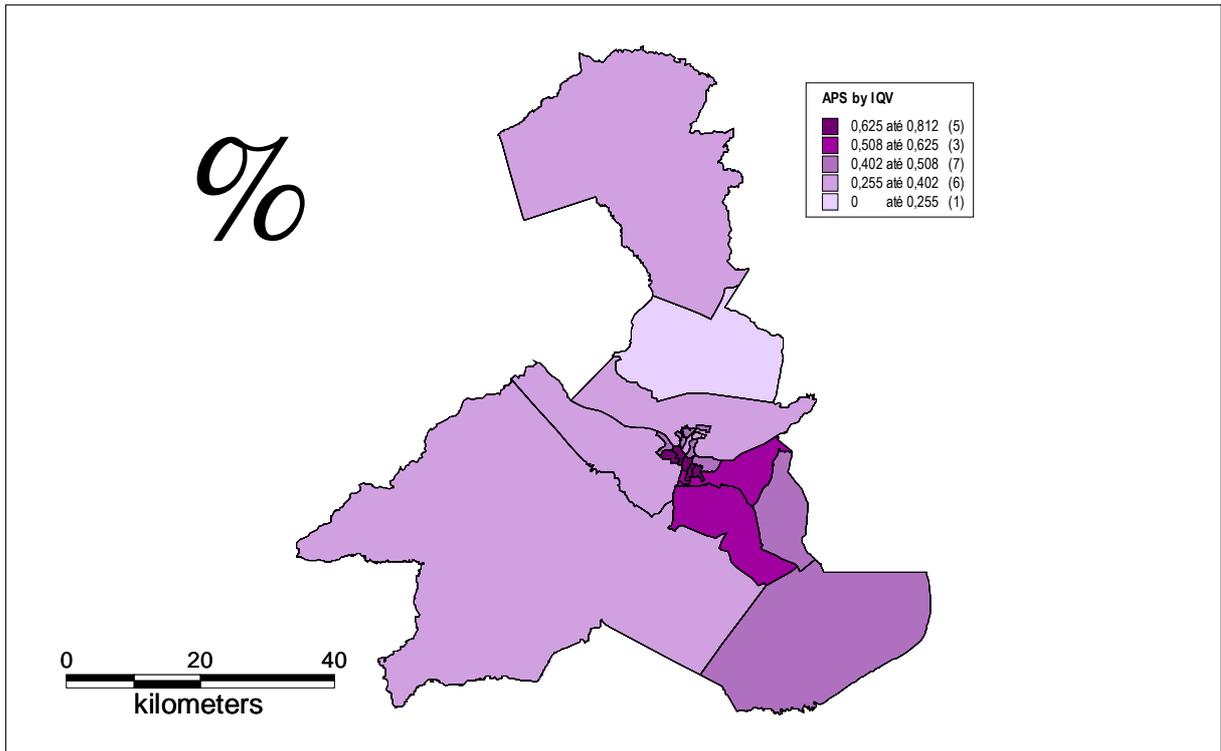


FIGURA 11. Índice sintético de Qualidade de Vida para o município de Campos dos Goytacazes por Área de Ponderação; Contorno do limite do Município. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000
 Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

5 CONCLUSÃO

A partir da década de 1990, são vários modelos conceituais explicativos sobre qualidade de vida foram elaborados, e cada cenário é construído conforme sua identidade técnica (determinantes econômicos, sociais, ambientais e outros). Este trabalho apresenta-se como uma iniciativa, dentre as muitas já existentes, todas necessárias à melhoria da qualidade de vida de uma dada sociedade em seu território.

Com a apresentação de carências urgentes das áreas estudadas, busca-se levar ao conhecimento público os resultados encontrados. Para Jannuzzi (2001, p.131), os indicadores sociais podem enriquecer o trabalho empírico da realidade social servindo de orientação competente à análise, formulação e implementação de Políticas Sociais bastando para isso, serem bem empregadas e encorajarem pesquisadores a persistir nesta questão. Assim, a proposta é subsidiar debates que envolvam instituições, a população local e todos aqueles interessados na melhoria da qualidade de vida da população. Indicadores similares ao IQV-Campos são subsídios necessários ao cruzamento entre a técnica e a realidade prática, em busca de prioridades.

O Índice de Qualidade de Vida de Campos dos Goytacazes – IQV-Campos traz uma reflexão sobre como está a relação cidadão e seus direitos constitucionais, que estão sob a tutela do poder público local. O IQV-Campos encontrou desigualdades claras, em cada área geográfica investigada, ou seja, as Áreas de Ponderação, considerando as dimensões e variáveis adotadas para a pesquisa.

Para a Infra-estrutura, pelo menos nas variáveis pesquisadas, os índices compostos se apresentam elevados, refletindo, talvez, a existência de maiores exigências da população e um maior enfrentamento dos problemas pelo poder público. Embora também se apresente elevado, na periferia, o índice composto para densidade populacional é preocupante, pois um

alto índice de densidade populacional chegando ao valor de 10.667,93 Hab/Km² na AP-21 requer um estudo, para identificar as razões de tal ocorrência, já que tal valor pode concorrer para a redução da qualidade de vida, inclusive por ocorrer maior disputa pelos bens e serviços ofertados a esta comunidade.

Na dimensão Educação observa-se que os indicadores de escolarização são mais altos no ensino Fundamental do que no ensino Médio, podendo ser observado que isto ocorre em todas as AP's. Embora esta seja uma realidade nacional, acredita-se ser necessária a realização de mais pesquisas com mais profundidade sobre a significativa diminuição do número de matrículas na 1ª série do Ensino Médio em relação à última série do Ensino Fundamental. Pesquisas estas que podem apontar para a manutenção do estudante na escola. O mesmo deve acontecer com relação à Distorção idade-série, que também é bastante significativa no Ensino Médio em todas as AP's.

Para a Saúde observa-se uma estrutura com praticamente todos os programas institucionais instalados em todo o município, porém, um estudo se faz necessário para identificar as razões da alta concentração de serviços na área central do município.

Para Habitação foram detectadas poucas AP's com altos percentuais de habitações subnormais embora estes poucos locais reflitam grande precariedade da habitação para os seus habitantes. Outros estudos seriam úteis para aprofundar esta dimensão, pois além de oferecer habitações populares, o poder público deve se preocupar em oferecer a estrutura física e social básica para garantir boas condições de vida ao cidadão. Nesse contexto, torna-se fundamental construir um ambiente de confiança entre o poder público e a sociedade civil, espaços em que somente as discussões coordenadas poderão trazer à tona as melhores soluções para cada lugar, conforme as suas reais necessidades.

Os resultados obtidos neste estudo revelam também a necessidade de um aprofundamento nas pesquisas relacionadas, para compreender melhor as razões e persistência das desigualdades sociais cada vez mais ameaçadoras. Este estudo pretende ser mais um instrumento pedagógico, informativo, que possibilite a visualização das discrepâncias regionais das condições de vida da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO: banco de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Entenda o cálculo do IDH municipal (IDH-M) e saiba quais os indicadores usados*. 2003, 4p. Disponível em: <<http://www.undp.org.br/default>>. Acesso em 09 de jun. de 2006.

CARVALHO, Ailton Mota; TOTTI, M^a Eugenia Ferreira (orgs.). *Formação histórica e econômica do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 328p.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE. *Declaração de Alma-Ata*. Alma-Ata, URSS, 6 – 12 de setembro de 1978. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/coletiva/uploadArq/Alma-Ata.pdf>>. Acesso em: 07 de jul. de 2005.

FARIA, Teresa Peixoto. As reformas urbanas de Campos e suas contradições. O plano de 1944: uma nova ordem social e urbana. In: *Anais VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, VI. 1CD-ROM. Natal – RN, 2000.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de Políticas Públicas: limites e legitimidade. *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP – Caxambu, MG: 20 a 24 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: 05 de dez. de 2005.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. 1^a ed. Ampliada. São Paulo – SP: Perspectiva, 2002. 578 p.

IBGE. Brasília. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> .

IBGE. *Censo demográfico – 2000: microdados da amostra*. Rio de Janeiro. IBGE. CD-ROM. 2003. Dicionário de dados e documentação

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil*. Campinas – SP: Alínea, 2001.

_____ & GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de Políticas Públicas: limites e legitimidades. In: *Anais XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*. Caxambu – MG , 20 -24 de setembro de 2004 p.18.

KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003. 299 p.

_____ & NAKANO, Kazuo. Perspectivas Territoriais e Regionais para Políticas Públicas Brasileiras. São Paulo – *Informes Abong*. Disponível em: <<http://www2.abong.org.br>>. Acesso em 7 de maio de 2006.

KON, Anita (Org.). *Unidade e Fragmentação: a questão regional no Brasil*. São Paulo – SP: PERSPECTIVA S. A. 2002. 312 p.

MACHADO, Lia Osório. Sociedade urbana, inovação tecnológica e a nova geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 55 (1/4) p.5 -13 jan./dez.1993.

MINAYO, Maria Célia de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 7- 18, 2000.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Brasília. *Manual para Apresentação de Projetos*. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Brasília. Luz no Campo ultrapassa as 400mil novas ligações rurais. *Notícias*, 2006, p.1. Disponível em:<http://www.planejamento.gov.br/planejamento_investimento/conteúdo/notícias>. Acesso em: 01 de nov. de 2006.

MURTA, Anamaria Sant'Anna. *Políticas públicas e qualidade de vida*. 2004, 15 f. Disponível em <<http://www.cultiva.org.br/textos/qualidade-vida.doc>>. Acesso em: 11 de jan. de 2006.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. Sistemas de Indicadores Municipais no Brasil: enfoques conceituais, espaciais e metodológicos envolvidos na mensuração e monitoramento da qualidade de vida urbana para formulação de políticas públicas. In: *Anais Encontro Nacional da ANPUR*, XI, CD-ROM. Salvador-BA. 2005, 14 f.

_____. Sistemas de indicadores municipais no Brasil: experiências e metodologias. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, XV, ABEP, 2006, Caxambu – MG. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos>>. Acesso: 11 de nov. de 2006

_____. *Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: discussão teórico-metodológica*. Belo Horizonte: Instituto de Desenvolvimento Humano Sustentável, 2003. Disponível em: <<http://www.virtual.pucminas.br/idhs/site/imagens/nahas1.pdf>>. Acesso em jun. de 2006.

PARK, Robert E. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. São Paulo: Zahar, 1967.

PESSANHA, Roberto Moraes (org.). *Campos dos Goytacazes “Uma cidade para todos” – Análises e Resoluções da 1ª Conferência Municipal em 2003 – Subsídios para a 2ª Conferência em 2005*. Campos dos Goytacazes – RJ: CEFET Campos, 2005. 150 p.

PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu e (orgs.). *Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*. Campos dos Goytacazes – RJ: WTC Editora, 2004. 364 p.

PINTO, Antônio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; SIQUEIRA, Luiz Eduardo Alves.(org.) *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. (Coleção Saraiva de legislação)

PINTO, Antônio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; SIQUEIRA, Luiz Eduardo Alves (orgs.). *Estatuto da Cidade (Lei n. 10257, de 10 de julho de 2001)*. 2. ed. atual São Paulo: Saraiva, 2002. (Coleção Saraiva de legislação).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES *et al.* Campos dos Goytacazes. *Perfil 2005*. Campos dos Goytacazes, RJ, 2006. 184p.

ROCHA, Alby Duarte *et al.* Qualidade de vida, ponto de partida ou resultado final? . *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol. 5 n. 01, jan. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 5 de dez. de 2005.

ROLIM, Cássio. Um índice de pobreza humana municipal para o Brasil. In: *Anais do III Encontro da Associação Brasileira de Estudos Regionais*, ABER, Belo Horizonte, 2004. 25p.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SERRA, Rodrigo Valente. *Mapeamento da pobreza no Município de Campos dos Goytacazes – Relatório de pesquisa*. Campos dos Goytacazes: CEPECAM, jan. de 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 556 p.

SPOSATI, Aldaíza (coord.). *Mapa da exclusão/inclusão social*. São Paulo: PUC/SP, 2000. 86p. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/geopro/>> Acesso em: 1 de jul. de 2005.

_____. Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: *Anais do Seminário Exclusão Social*, PUC/SP, 23 de abril de 1998. Disponível em: <<http://www.dpi.inp.br/>> . Acesso em 3 de out. de 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – INSTRUMENTOS LEGAIS

Esta seção apresenta partes contidas dos instrumentos legais em legislações em nível nacional e em níveis regionais e locais que fazem referências aos conceitos de qualidade de vida apresentados em 2.2. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), define em seu artigo 1º quando estabelece os fundamentos do “Estado Democrático de Direito” nos incisos **I** - a cidadania e **III** - a dignidade da pessoa humana, acrescentando, no artigo 3º, os objetivos fundamentais da República. Não obstante designa o capítulo II para tratar DA POLÍTICA URBANA e, em seu artigo 182, regulamentado pela Lei n. 10257 de 10/07/2001 (Estatuto da Cidade), determina:

Art.182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (BRASIL, 1988).

A Constituição do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 1991), também garante o “Estado Democrático de Direito” aos moldes da Carta Magna. A Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes, aprovada em 1990 (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 1990), é um dos instrumentos de gestão que garante os direitos de todos os seus munícipes, mais precisamente, em seu artigo 170º, Capítulo III, Título V:

Art. 170 – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, atenderá às funções sociais da cidade, compreendidas estas como o direito de todo cidadão de acesso à moradia, transporte público, saneamento básico, energia elétrica, gás canalizado, abastecimento, iluminação pública, saúde, educação, cultura, creche, lazer, água potável, coleta de lixo, drenagem das vias de circulação, segurança e preservação do patrimônio ambiental e cultural. (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 1990).

Outro instrumento de gestão local, que está presente, é o Plano Diretor, com o seguinte texto: “O plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”.

O Plano diretor do Município de Campos dos Goytacazes de 27 de dezembro de 1991 (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 1991), é mais um dos instrumentos de gestão local para atender ao descrito no §1º do artigo 182 da Constituição Federal de 1988 como instrumento

básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes (BRASIL, 1988).

Importante citar que, por exigência legal do Governo Federal (Ministério das Cidades) o Plano Diretor de Campos dos Goytacazes, assim como todos os de cidades com mais de vinte mil habitantes (Lei nº 10.257, art. 41), está sendo revisado por uma comissão que tem a participação dos representantes do Poder Público Municipal, da comunidade representativa das instituições formais, assim como das representações de organizações não-governamentais e dos representantes legais da sociedade civil.

Não obstante a exigência de leis tão próprias, o que vemos é o aumento das desigualdades e a degradação do ambiente urbano acelerar-se cada vez mais.

APÊNDICE B MAPAS DAS ÁREAS DE PONDERAÇÃO COM SUAS LOCALIDADES E BAIRROS

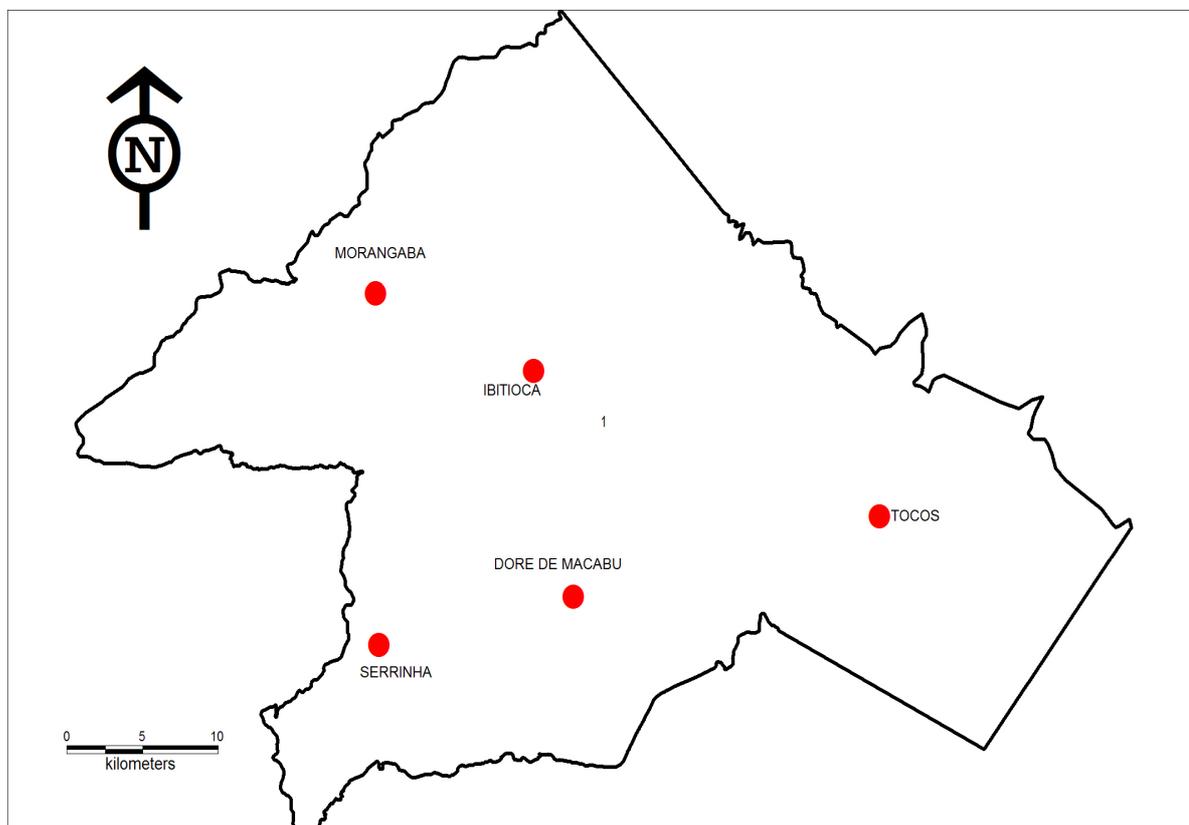


FIGURA 12. Área de ponderação Rural nº 01 e seus Distritos. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.
Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

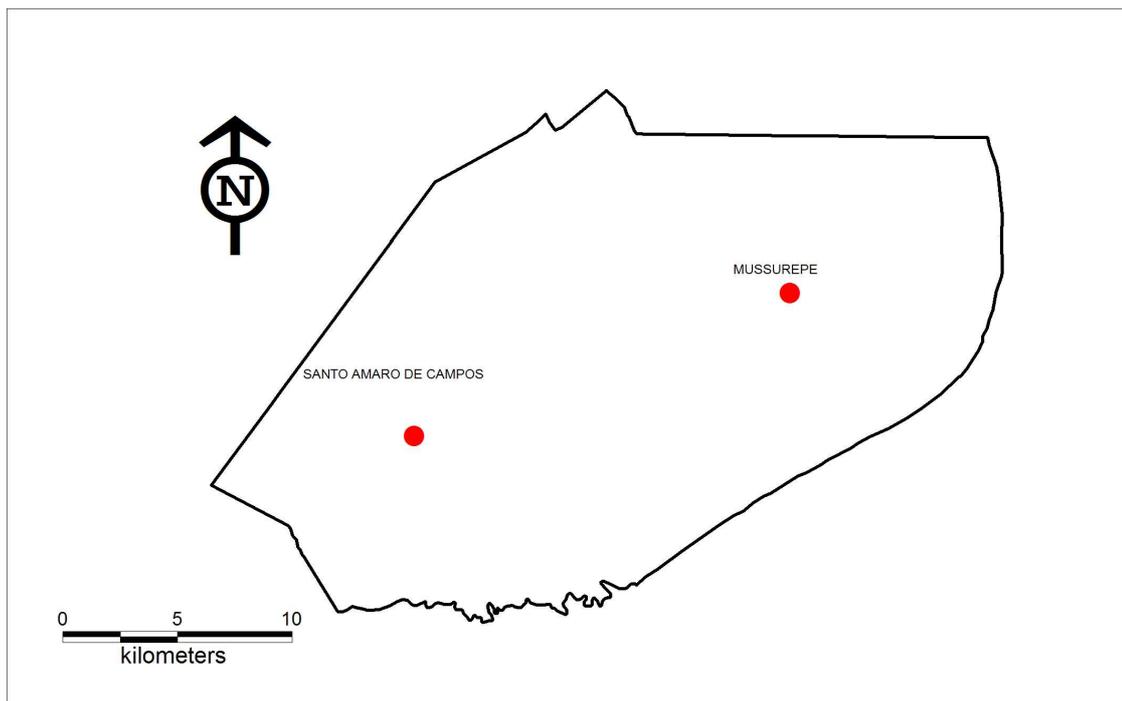


FIGURA 13. Área de ponderação Rural n° 02 e seus Distritos. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

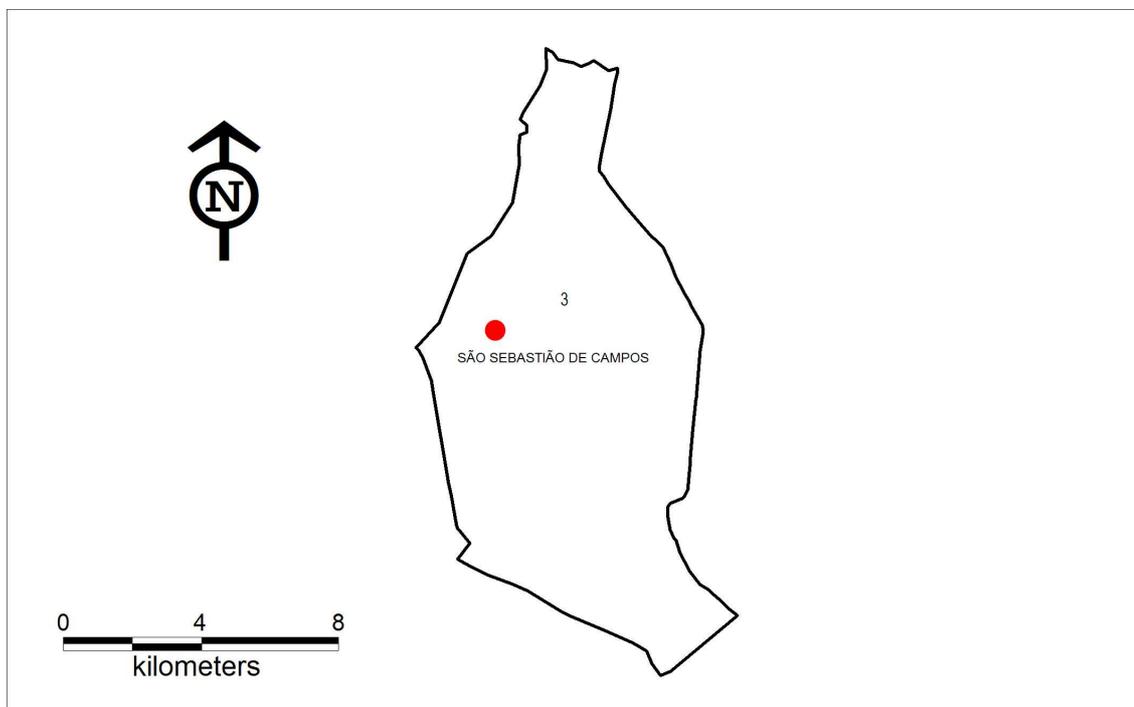


FIGURA 14. Área de ponderação Rural n° 03 e seu Distrito, São Sebastião de Campos. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

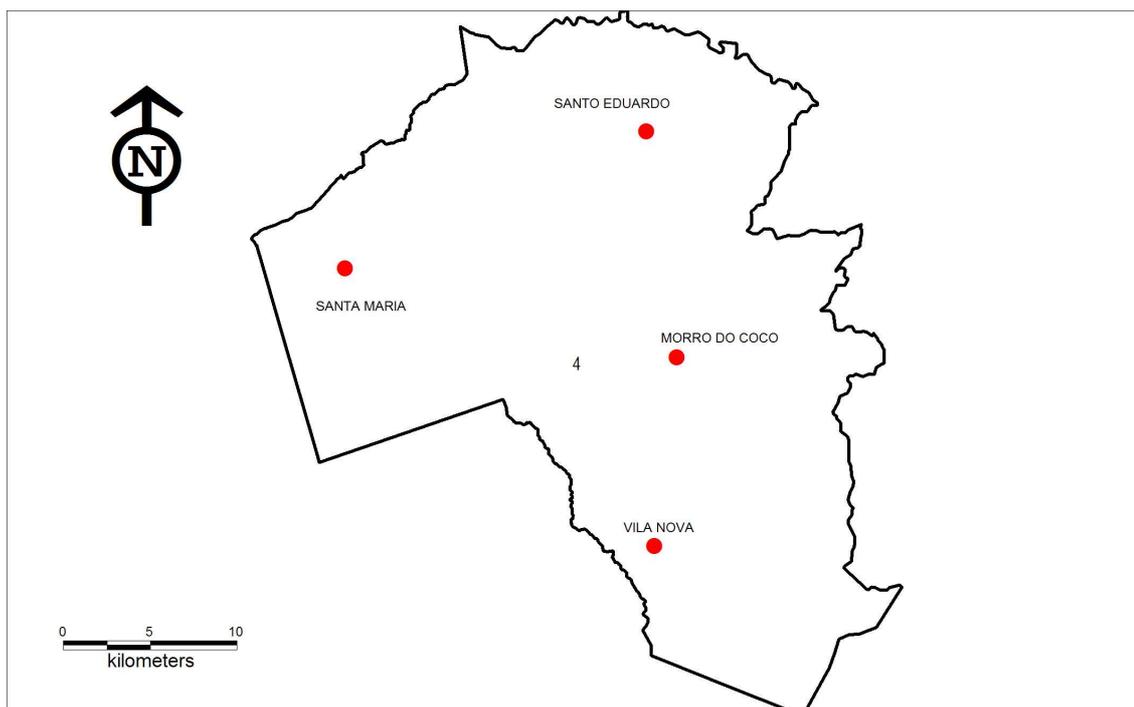


FIGURA 15. Área de ponderação Rural n° 04 e seus Distritos. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

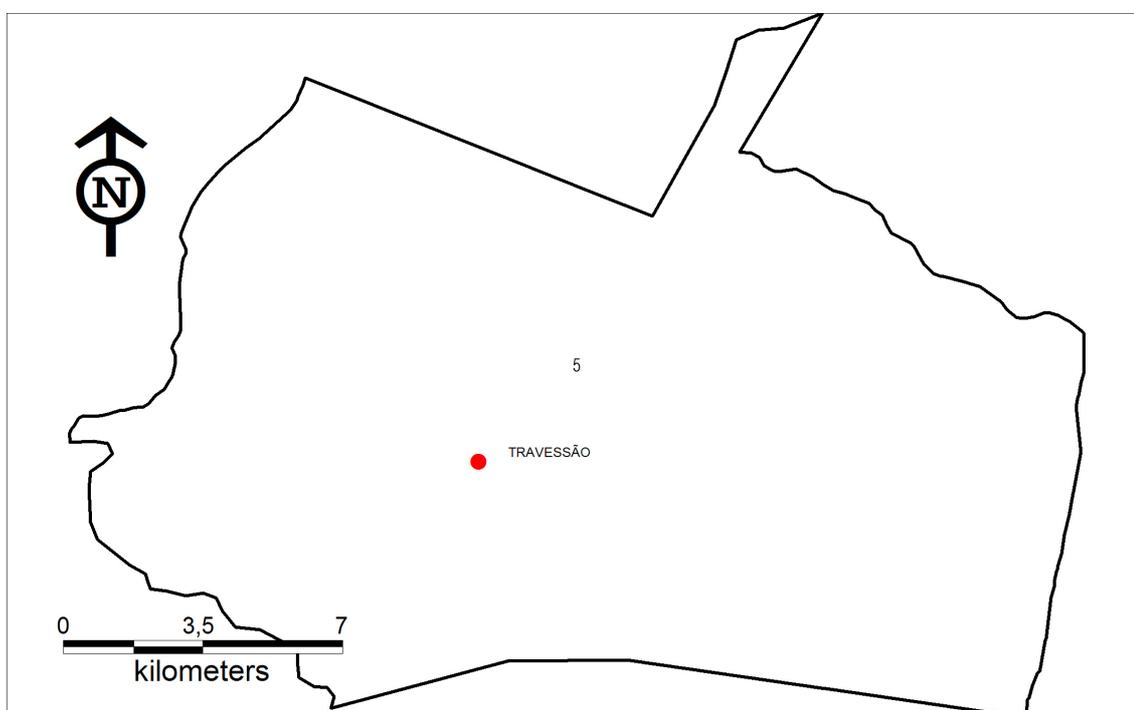


FIGURA 16. Área de ponderação Rural n° 05 e seu Distrito, Travessão. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

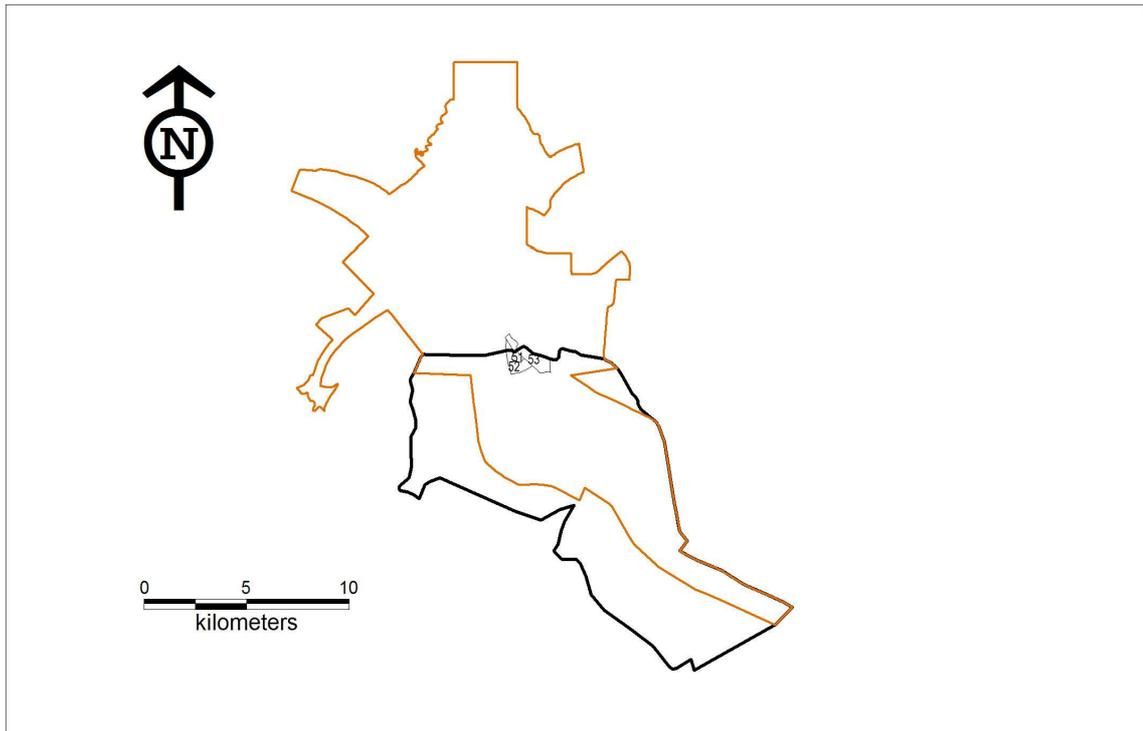


FIGURA 17. Área de ponderação n° 06 Bairros e Subdistritos. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.
 Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

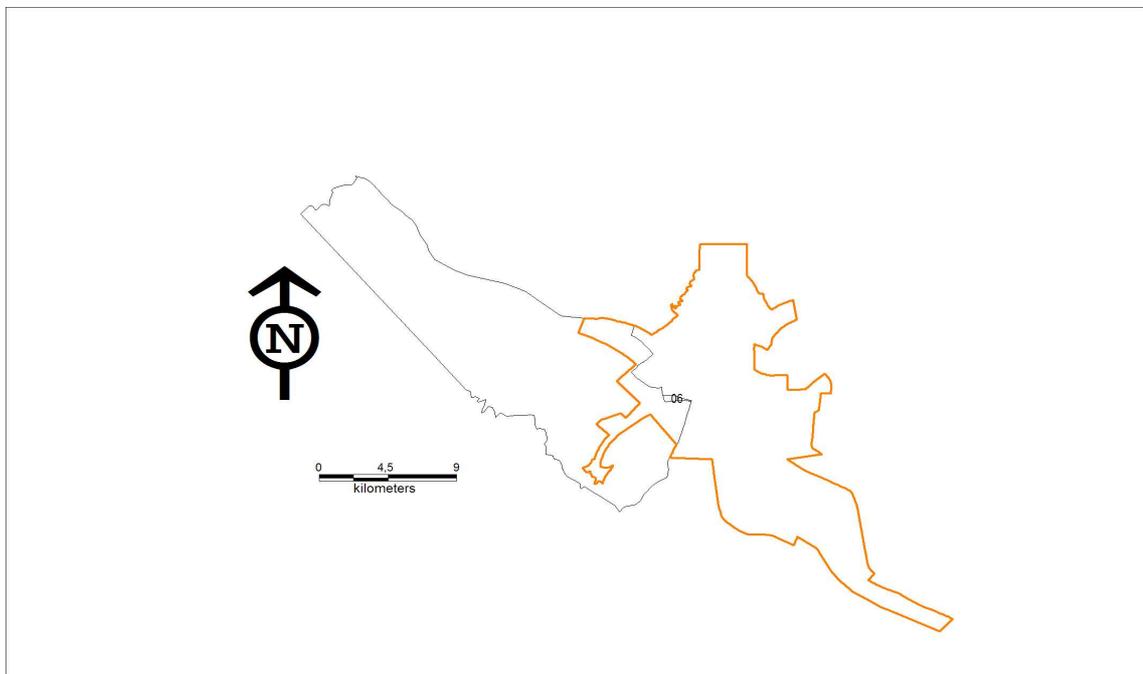


FIGURA 18. Área de ponderação n° 07 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.
 Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.



FIGURA 19. Área de ponderação n° 08 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

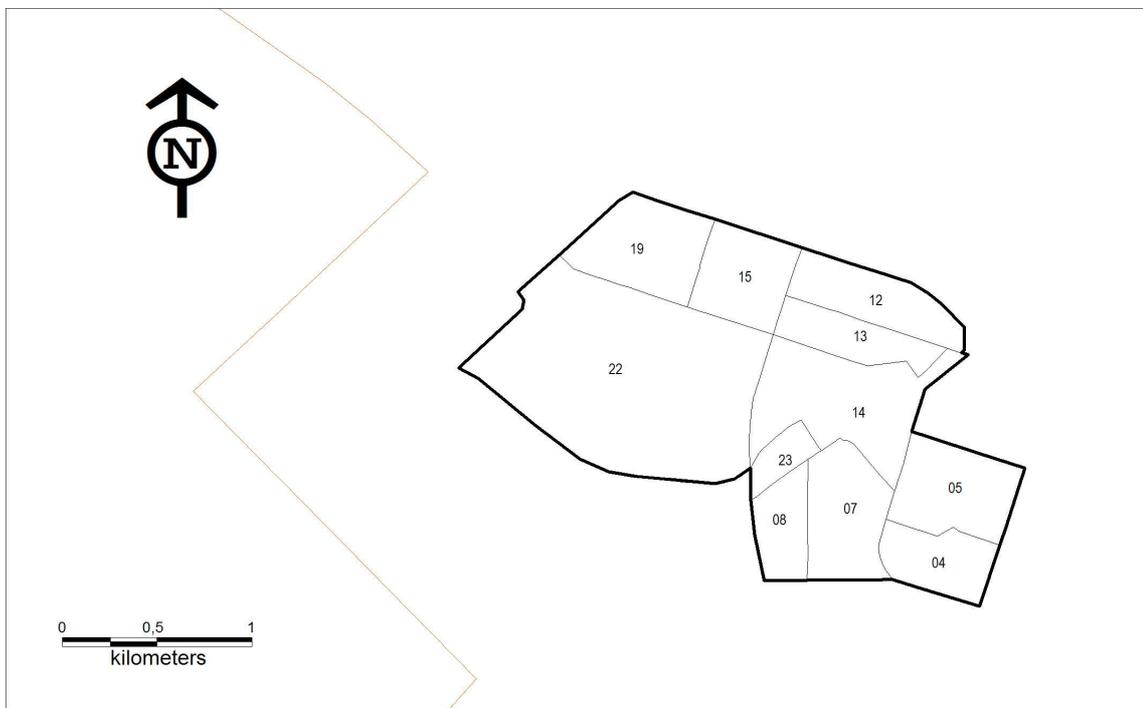


FIGURA 20. Área de ponderação n° 09 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

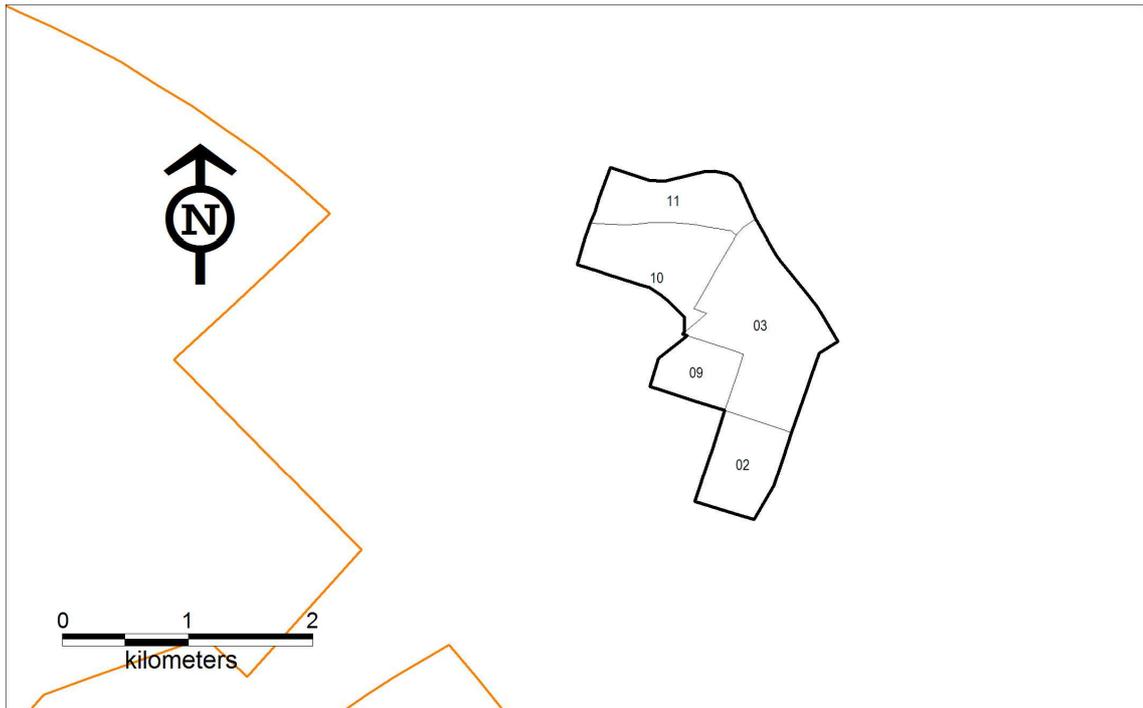


FIGURA 21. Área de ponderação n° 10 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

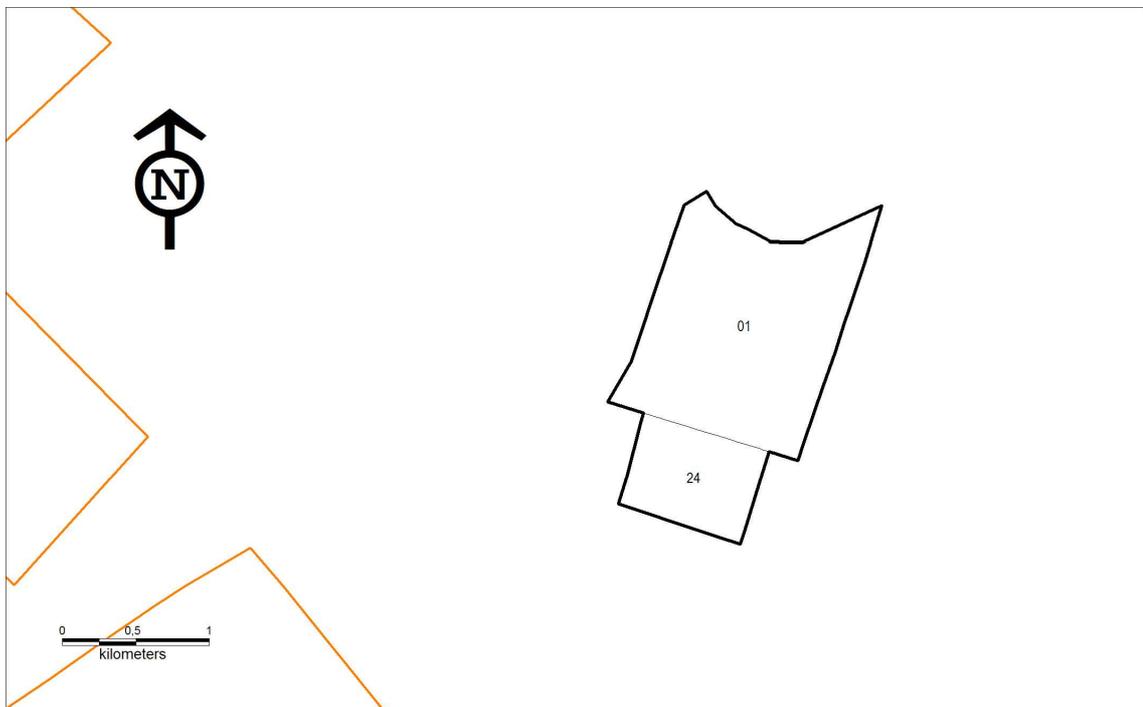


FIGURA 22. Área de ponderação n° 11 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

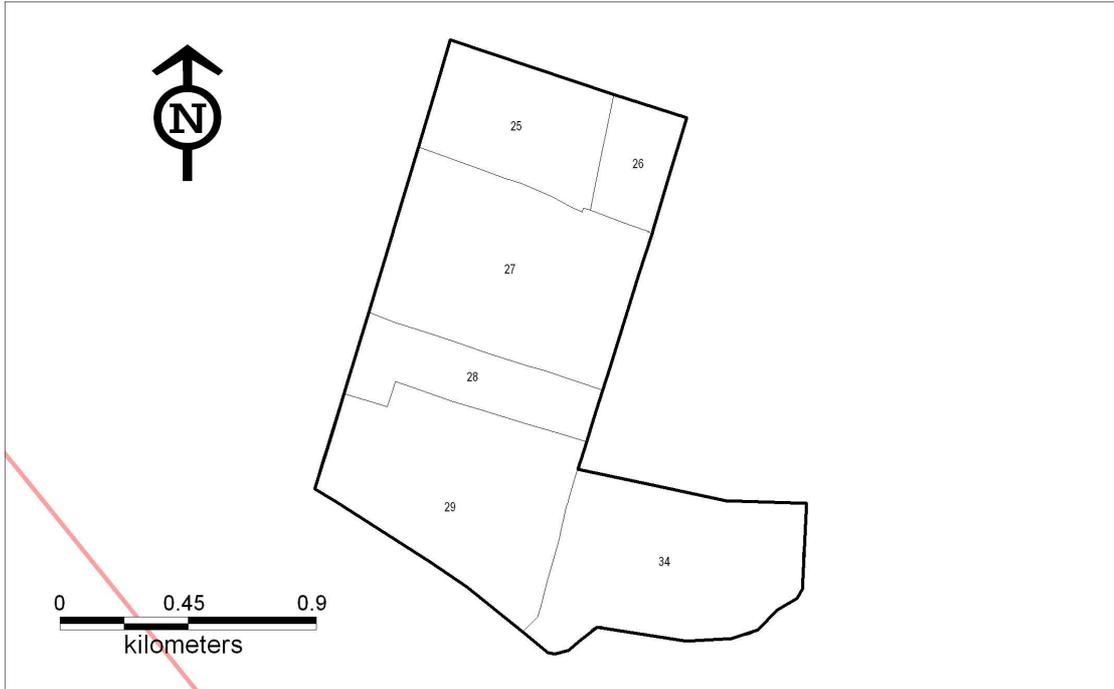


FIGURA 23. Área de ponderação n° 12 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.



FIGURA 24. Área de ponderação n° 13 Bairros e Subdistritos. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

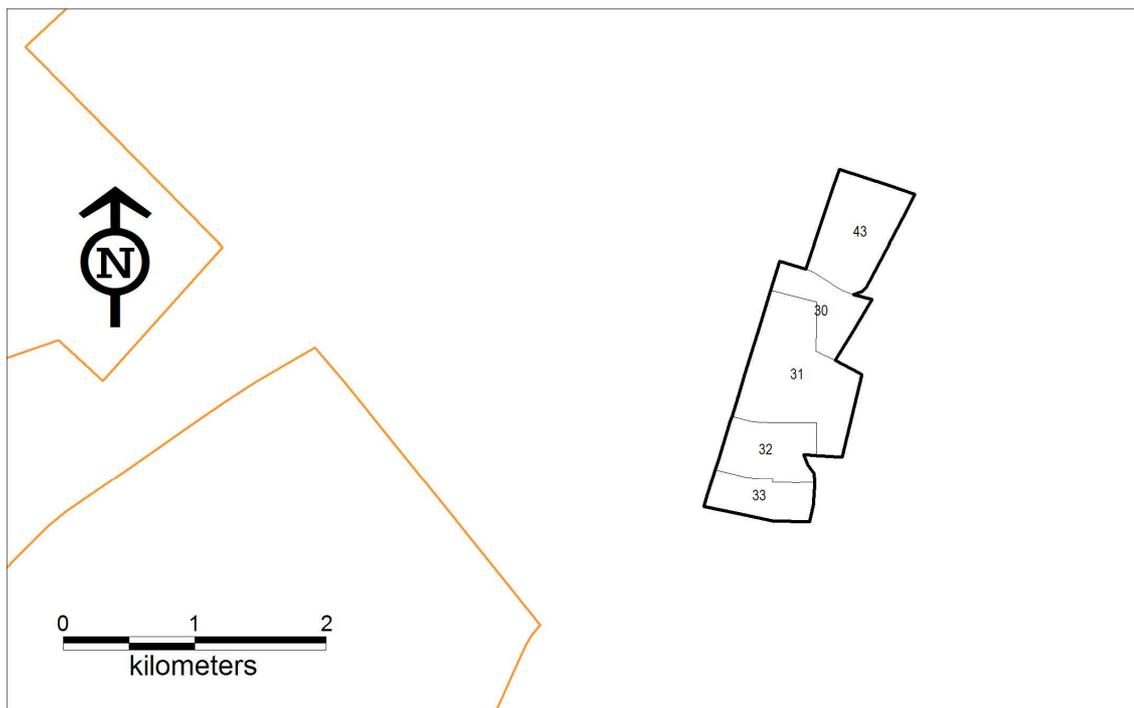


FIGURA 25. Área de ponderação n° 14 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

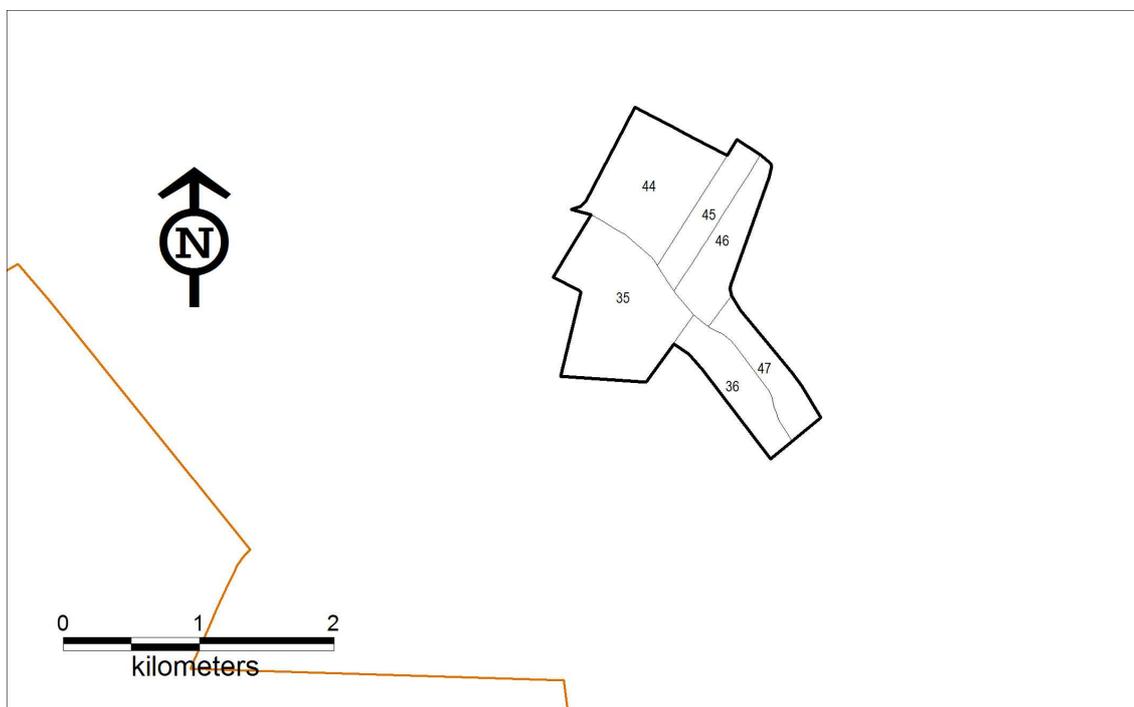


FIGURA 26. Área de ponderação n° 15 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

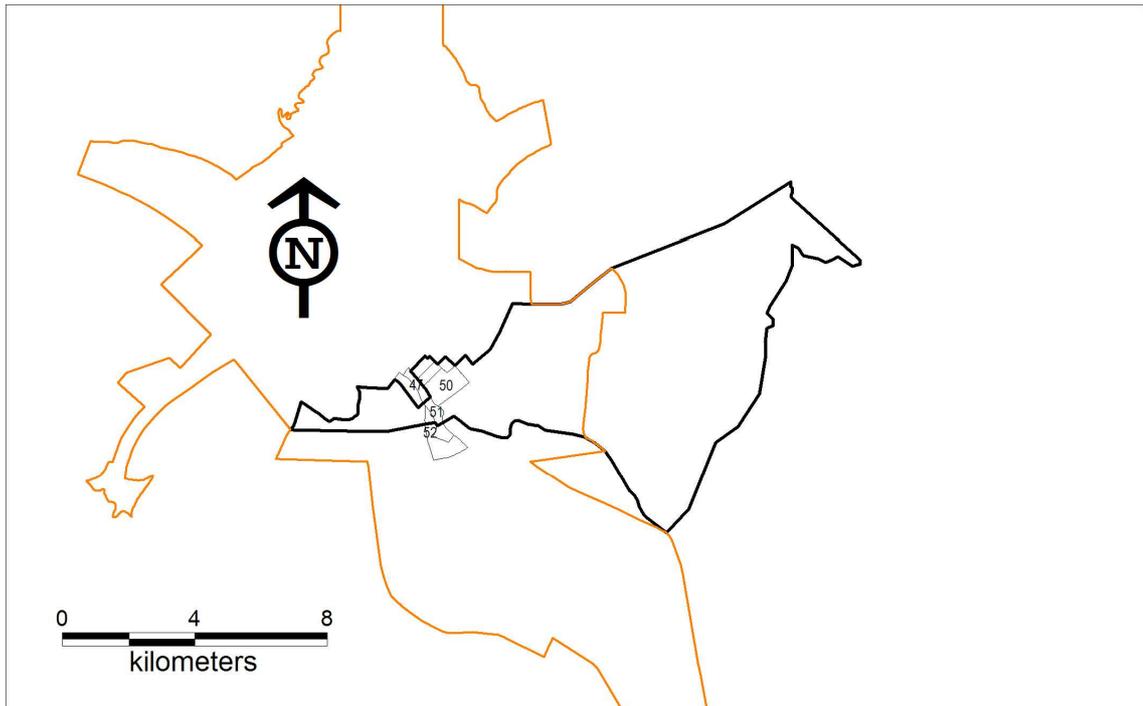


FIGURA 27. Área de ponderação n° 16 Bairros e área Rural. Contorno do limite do perímetro Urbano.
Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

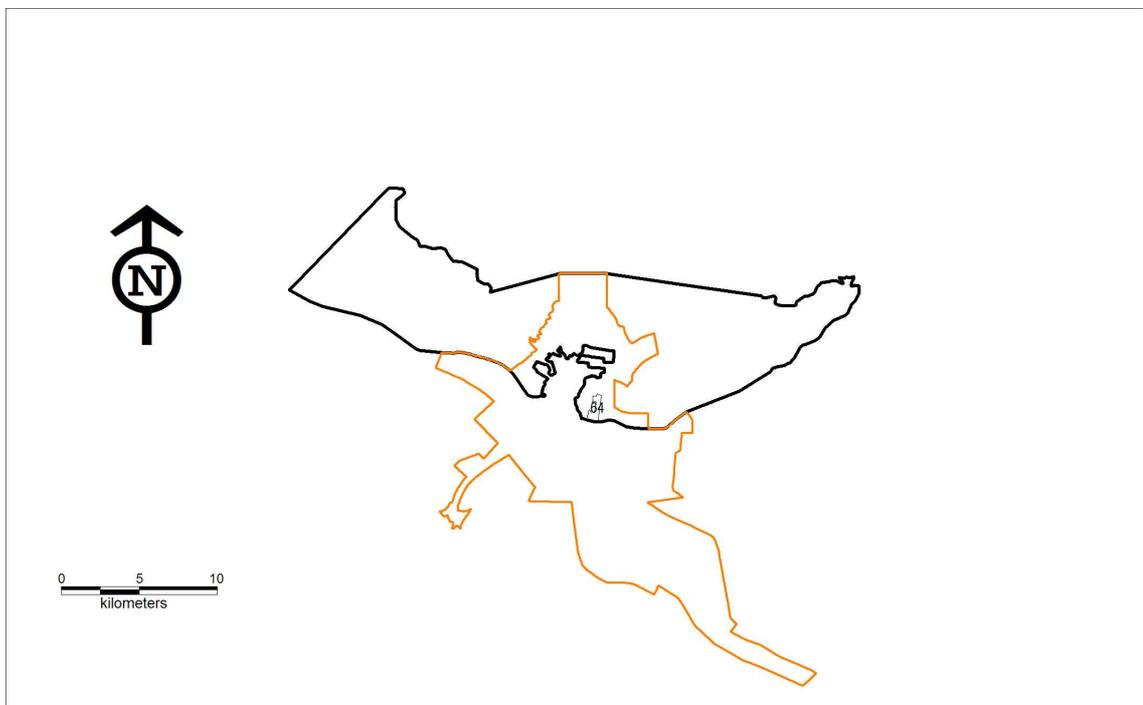


FIGURA 28. Área de ponderação n° 17 Bairros e área Rural. Contorno do limite do perímetro Urbano.
Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

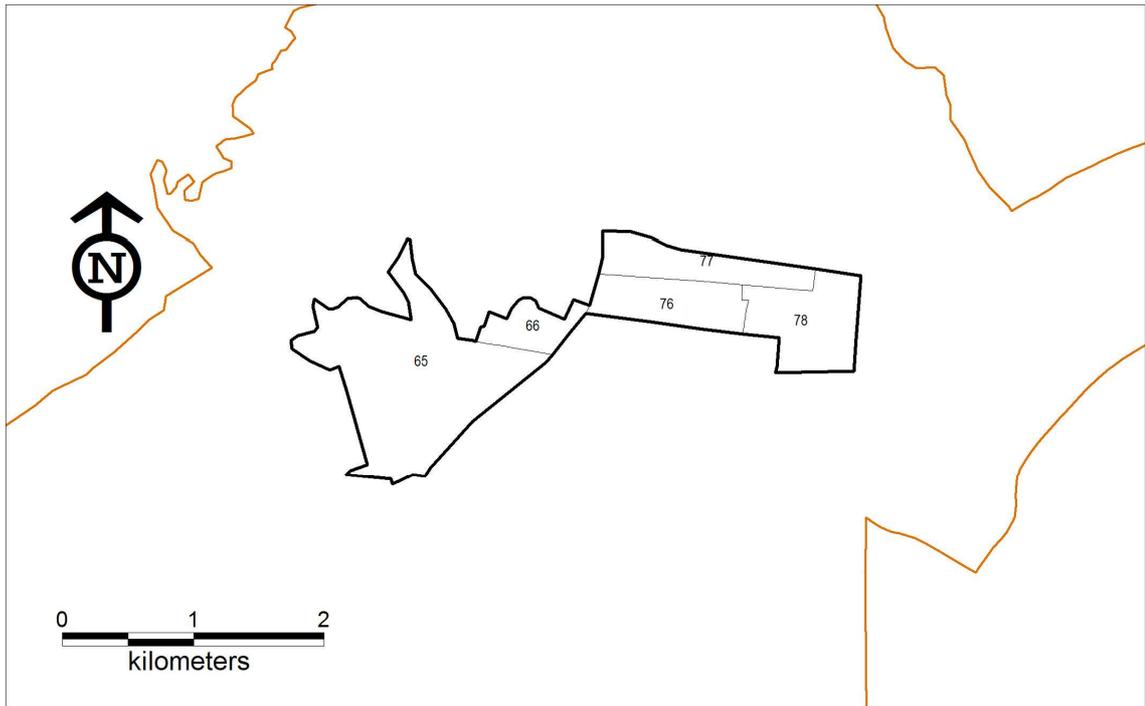


FIGURA 29. Área de ponderação n° 18 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.



FIGURA 30. Área de ponderação n° 19 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000.

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

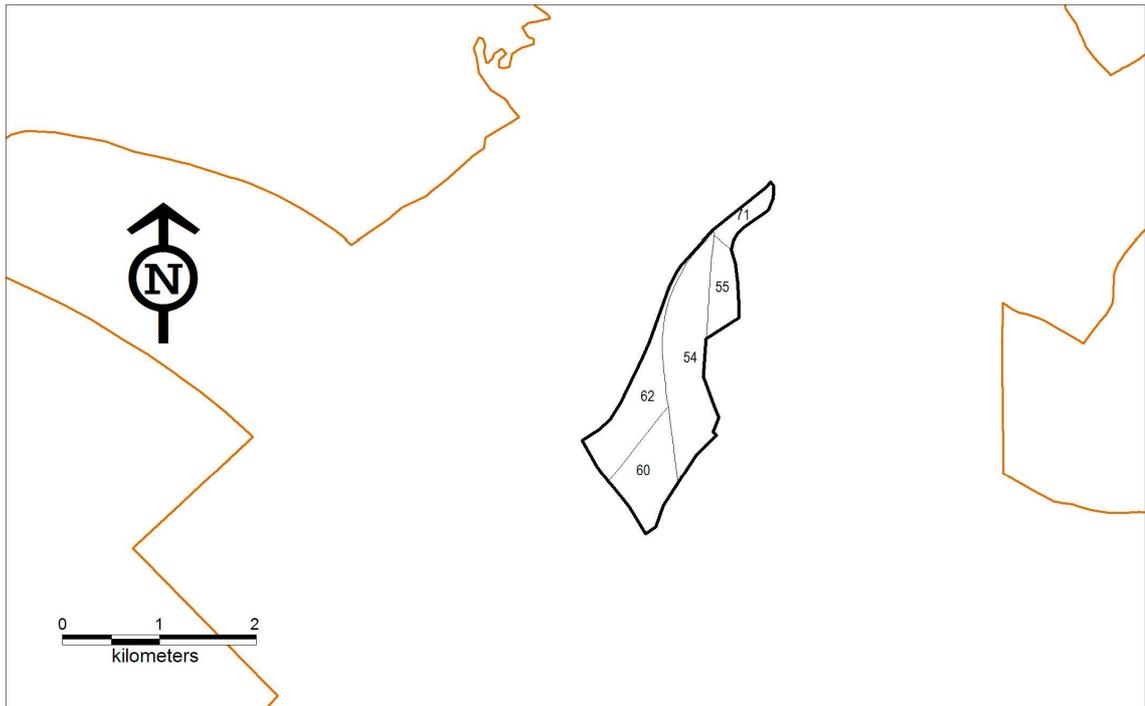


FIGURA 31. Área de ponderação n° 20 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

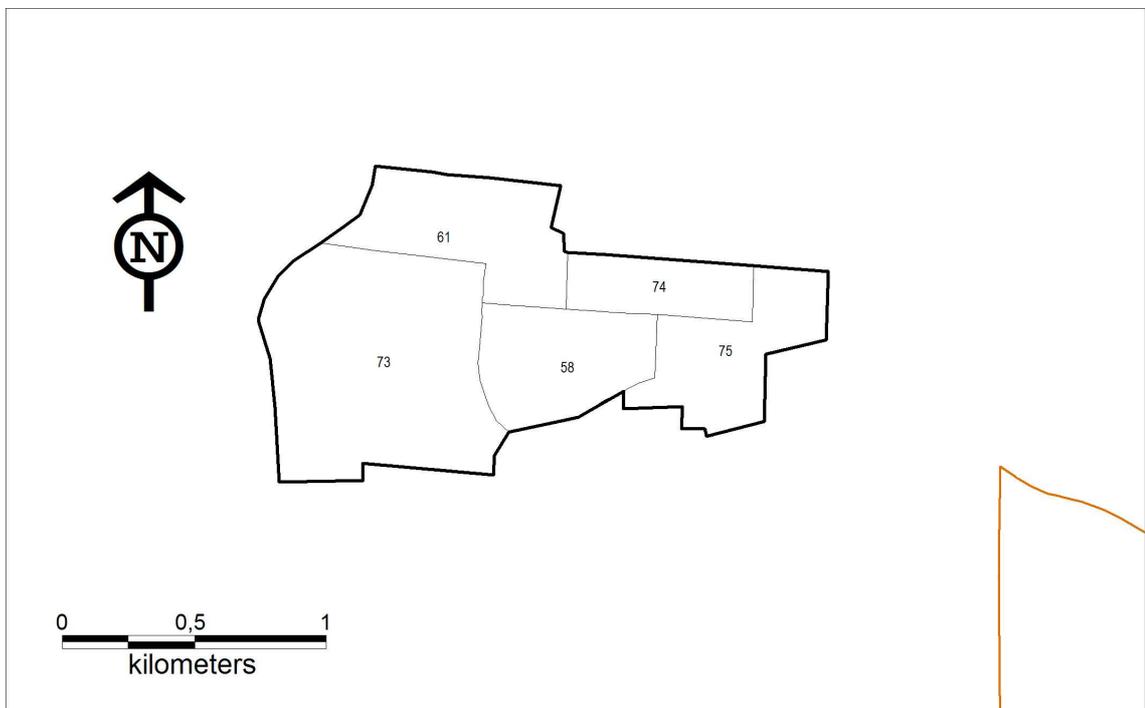


FIGURA 32. Área de ponderação n° 21 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.



FIGURA 33. Área de ponderação n° 22 e Bairros. Contorno do limite do perímetro Urbano. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2000

Fonte: Malha do Setor Censitário Urbano Digital Sede. IBGE. 2003.

ANEXO

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)